



MUNICÍPIO DE ARMAMAR
DEMONSTRAÇÕES
PREVISIONAIS 2019

ÍNDICE

PARTE I – RELATÓRIO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL.....	8
CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	8
CAPÍTULO II – DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS PARA 2019.....	9
2.1. Organização das grandes opções do plano e orçamento	9
2.2. Orientações técnicas na elaboração do orçamento.....	10
2.3. Objetivos e políticas de desenvolvimento estratégico	13
2.3.1. Visão.....	13
2.3.2. Missão	14
2.3.3. Objetivos estratégicos.....	14
2.3.4. Política orçamental proposta.....	14
2.3.4.1. Política fiscal	14
2.3.4.2. Investimentos em carteira.....	18
2.3.4.3. Atividades previstas	24
2.4. Elementos complementares às demonstrações previsionais	25
2.5.1. Relação das responsabilidades contingentes	25
2.5.2. Responsabilidades financeiras resultantes de compromissos plurianuais	25
2.5.3. Mapa das entidades participadas pelo município.....	26
2.5.4. Quadro plurianual de programação orçamental 2019-2023	27
2.5. Fatores externos ao município de armamar.....	29
2.6. Orçamento para 2019.....	30
2.6.1. Análise global do orçamento	30
PARTE II – REGULAMENTO DO ORÇAMENTO	33
CAPÍTULO I – NORMA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	33
1.1. Articulado das medidas para a execução orçamental.....	33
CAPÍTULO I - ÂMBITO E PRINCÍPIOS GENÉRICOS	33
Artigo 1.º - Definição e objeto.....	33
Artigo 2.º - Âmbito de aplicação.....	34
Artigo 3.º - Execução orçamental.....	34
Artigo 4.º - Modificações ao orçamento e às grandes opções do plano	35

Artigo 5.º - Registo contabilístico	35
Artigo 6.º - Gestão dos bens móveis e imóveis do Município.....	36
Artigo 7.º - Gestão de stocks	36
CAPÍTULO II - RECEITA ORÇAMENTAL.....	37
SECÇÃO I – PRINCÍPIOS.....	37
Artigo 8.º - Princípios gerais para arrecadação de receitas.....	37
SECÇÃO II - ENTREGA DAS RECEITAS COBRADAS.....	38
Artigo 9.º - Cobranças pelos serviços municipais	38
SECÇÃO III - ISENÇÕES E REDUÇÕES.....	38
Artigo 10.º - Isenções e reduções de taxas.....	38
CAPÍTULO III - DESPESA ORÇAMENTAL	39
SECÇÃO I - PRINCÍPIOS E REGRAS.....	39
Artigo 11.º - Princípios gerais para a realização da despesa.....	39
Artigo 12.º - Tramitação dos processos de despesa	40
Artigo 13.º - Gestão de contratos.....	41
Artigo 14.º - Conferência e registo da despesa	42
Artigo 15.º - Processamento de remunerações e outros abonos a pessoal	42
SECÇÃO II - AUTORIZAÇÃO DA DESPESA E PAGAMENTOS.....	43
Artigo 16.º - Apoios a entidades terceiras.....	43
Artigo 17.º - Apoios às competências materiais dos órgãos das Freguesias.....	43
Artigo 18.º - Assunção de compromissos plurianuais	43
Artigo 19.º - Autorizações assumidas.....	44
SECÇÃO III - PROCEDIMENTOS E REGRAS ESPECIAIS PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA.....	45
Artigo 20.º - Equipamentos e soluções informáticas.....	45
Artigo 21.º - Seguros.....	45
Artigo 22.º - Despesas de deslocação.....	45
Artigo 23.º - Reposições ao Município	46
Artigo 24.º - Despesas de representação.....	46
SECÇÃO IV - CELEBRAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS E PROTOCOLOS	46
Artigo 25.º - Responsabilidade pela elaboração e celebração de contratos	46
Artigo 26.º - Contratos de cooperação e contratos interadministrativos	47
Artigo 27.º - Contratos de tarefa e avença.....	47
CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS	47

<i>Artigo 28.º - Dúvidas sobre a execução do orçamento</i>	<i>47</i>
PARTE III – TERMOS DE ENCERRAMENTO	48
PARTE IV – LISTA DE ANEXOS	50

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Cenário macroeconómico apresentado no POE 2019.....	9
Quadro 2. Responsabilidades contingentes.....	25
Quadro 3. Compromissos Plurianuais.....	26
Quadro 4. Participações em entidades societárias	26
Quadro 5. Participações em entidades não societárias	27
Quadro 6. Quadro Plurianual de Programação Orçamental 2019-2022.....	28
Quadro 7. Receitas e despesas para 2019	31
Quadro 8. Equilíbrio orçamental corrente (orçamento para 2019).	32

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. A ARU de Armamar: localização e grandes números	21
---	----

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Taxas do IMI aplicadas nos municípios que integram a CIMDouro.....	15
Gráfico 2. Benefício fiscal de IRS dos municípios que integram a CIMDouro.....	16
Gráfico 3. Taxas de derrama aplicadas nos municípios que integram a CIMDouro	17
Gráfico 4. Meios de transporte utilizados nos movimentos pendulares em Armamar	19
Gráfico 5. Estrutura das receitas e despesas para 2019	31
Gráfico 6. Equilíbrio corrente orçamental (orçamento para 2019).	32

LISTA DE ABREVIATURAS

- GOP** – Grandes Opções do Plano
- WEO** - *World Economic Outlook*
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- POE** – Proposta do Orçamento de Estado
- PE** – Plano de Estabilidade
- BP** – Banco de Portugal
- PIB** – Produto Interno Bruto
- BCE** – Banco Central Europeu
- IMF** - *International Monetary Fund*
- INE** - Instituto Nacional de Estatística
- FBCF** – Formação Bruta de Capital Fixo
- IPC** – Índice de Preços no Consumidor
- PPI** – Plano Plurianual de Investimentos
- PAMR** – Plano das Atividades mais Relevantes
- POCAL** – Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais
- AM** – Assembleia Municipal
- CM** – Câmara Municipal
- DADS** - Divisão Municipal de Administração e Desenvolvimento Social
- DGUA** - Divisão Municipal de Gestão Urbanística e Ambiente
- RFALEI** – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais
- IRS** – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
- IMI** – Imposto Municipal sobre Imóveis
- IMT** – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
- IUC** – Imposto Único de Circulação
- IRC** – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
- CIMDouro** – Comunidade Intermunicipal do Douro
- TIC** – Tecnologias de Informação e Comunicação
- ARU** – Área de Reabilitação Urbana
- QPPO** – Quadro Plurianual de Programação Orçamental
- QMPFAL** - Quadro de Médio Prazo para as Finanças da Autarquia Local
- LEO** – Lei de Enquadramento Orçamental

SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

EMLP – Empréstimos de Médio e Longo Prazo

LCPA – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso

RJAL – Regime Jurídico das Autarquias Locais

CCP – Código dos Contratos Públicos

PARTE I – RELATÓRIO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL

CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A proposta de Orçamento Municipal para 2019 tem por base as Grandes Opções do Plano 2019-2022 (GOP), bem como as previsões macroeconómicas previstas pelas diversas entidades internacionais e nacionais.

O relatório trimestral (perspetivas da economia mundial - WEO¹) apresentado em outubro de 2018 pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), prevê um crescimento económico mundial em 2018 e 2019 em torno dos 3,7%, 0,2 pontos percentuais abaixo da previsão anunciada em abril pelo mesmo organismo. Apesar do crescimento económico mundial ser ainda forte, é menos uniforme e mais frágil.

O FMI prevê para 2019, um abrandamento do ritmo da atividade económica portuguesa para 1,8%, um número que fica longe da meta definida pelo Governo na Proposta do Orçamento de Estado para 2019 (POE 2019) e em abril no Plano de Estabilidade (PE).

Contudo, o boletim económico² apresentado em junho de 2018 pelo Banco de Portugal (BP), aponta para a manutenção de uma trajetória de expansão da economia portuguesa ao longo do período 2018-20, embora a um ritmo progressivamente menor. O Produto Interno Bruto (PIB) português, deverá crescer 2,3% em 2018, 1,9% em 2019 e 1,7% em 2020. Este crescimento situa-se ligeiramente acima do publicado pelo Banco Central Europeu (BCE) para o conjunto da zona euro, sendo idêntico em 2019-20.

As perspetivas macroeconómicas e orçamentais apresentadas na POE 2019, são mais otimistas do que as projeções de outras instituições relativamente à economia portuguesa e anteveem um crescimento económico em 2019 ligeiramente inferior face ao alcançado em 2018.

¹ October 2018, International Monetary Fund (IMF), World Economic Outlook (WEO).

² Boletim Económico do Banco de Portugal, junho de 2018.

Quadro I. Cenário macroeconómico apresentado no POE 2019

(taxas de variação em %)

	INE		POE 2019		PE 2018-2022	
	2016	2017	2018(e)	2019(p)	2018(e)	2019(p)
PIB e Componentes da Despesa (taxa de crescimento homólogo real, em %)						
PIB	1,9	2,8	2,3	2,2	2,3	2,3
Consumo Privado	2,4	2,3	2,3	1,9	2,0	2,0
Consumo Público	0,8	0,2	1,0	0,2	0,7	-0,1
Investimento (FBCF)	2,3	9,2	5,2	7,0	6,2	7,0
Exportações de Bens e Serviços	4,4	7,8	6,6	4,6	6,3	4,8
Importações de Bens e Serviços	4,7	8,1	6,9	4,8	6,3	5,0
Contributos para o Crescimento do PIB (em %)						
Procura Interna	2,0	3,1	2,7	2,5	2,5	2,6
Procura Externa Líquida	-0,2	-0,3	-0,3	-0,3	-0,2	-0,2
Evolução dos Preços (variação, em %)						
Deflador do PIB	1,8	1,5	1,4	1,4	1,4	1,4
Índice de Preços no Consumidor (IPC)	0,6	1,4	1,3	1,3	1,4	1,4

(e) estimativa, (p) previsão.

Fonte: Proposta de Orçamento do Estado para 2019.

A economia portuguesa em 2019 deverá continuar a beneficiar de um enquadramento económico e financeiro favorável, embora o PIB desacelerará progressivamente até 2020.

CAPÍTULO II – DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS PARA 2019**2.1. ORGANIZAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO**

As GOP são compostas pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e pelo Plano das Atividades mais Relevantes (PAMR). As despesas inscritas nestes planos, utilizam o classificador funcional apresentado no ponto 10.1. do Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (doravante POCAL), com quatro grandes funções, que apresentam um nível de desagregação, capaz de englobar as atribuições do município de Armamar, a saber:

I. Funções Gerais;

2. Funções Sociais;
3. Funções Económicas;
4. Outras Funções.

Cada uma destas funções é subdividida em subfunções.

De referir, que apesar desta codificação ser utilizada para o modelo de estrutura das GOP na identificação dos objetivos, programas, projetos e ações, a sua finalidade, não é só a caracterização das ações a desenvolver pelas áreas funcionais, mas também a sua organização pelas linhas estratégicas e políticas definidas no Município.

O orçamento está organizado de acordo com a estrutura estabelecida pelo classificador económico das receitas e despesas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, na sua atual redação e divide-se em dois grandes grupos:

1. Receitas e despesas correntes;
2. Receitas e despesas de capital.

Apesar de não ser obrigatório, as despesas inscritas no orçamento foram distribuídas de acordo com a seguinte estrutura orgânica:

- 0101 – Assembleia Municipal (AM);
- 0102 – Câmara Municipal (CM);
- 0103 – Divisão Municipal de Administração e Desenvolvimento Social (DADS);
- 0104 – Divisão Municipal de Gestão Urbanística e Ambiente (DGUA).

2.2. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS NA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

Na elaboração do orçamento, como tem acontecido em anos anteriores, teve presente, o princípio da prudência aplicado tanto à análise das receitas correntes como (da gestão) das despesas correntes. A redução do endividamento municipal, continua bem presente, cumprindo-se os planos de amortização dos empréstimos de médio e longo prazo e dos acordos de pagamento existentes, com controlo da dívida a fornecedores. Assim, a elaboração do orçamento para 2019, obedeceu a um conjunto de regras previsionais, das quais três se assumiram como estruturantes para uma sólida construção do mesmo, a saber:

- **EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL**

A alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL determina as regras de equilíbrio orçamental fixando a do designado equilíbrio formal ou global – não há orçamentos deficitários - e a do equilíbrio substancial, isto é, as receitas correntes devem cobrir as despesas correntes no desiderato de se obterem saldos correntes positivos, desde logo, para o financiamento de despesa de capital.

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (doravante RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, veio reforçar a regra do equilíbrio orçamental estatuidando, no seu artigo 40.º, que as receitas correntes devem dar cobertura às despesas correntes acrescidas das amortizações médias dos empréstimos e médio e longo prazo estabelecendo uma margem de incumprimento até 5% das receitas correntes totais, a ser compensada no ano subsequente.

A elaboração deste orçamento, como acontece em anos anteriores, teve presente o cumprimento deste conjunto de normas, sendo de relevar que as receitas correntes superaram as despesas correntes em 2,5%, ou seja, cobrem as despesas correntes acrescidas das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo e, ainda, financiam despesas de investimento.

- **RECEITAS “TRADICIONAIS”**

No âmbito das receitas orçamentais, realçam-se as limitações legais quanto à inscrição de receitas de cobrança certa e as relativas às transferências correntes e de capital, a saber:

- a) Ao abrigo das alíneas b) e c) do ponto 3.3 do POCAL, as receitas respeitantes das transferências correntes e de capital só podem ser inscritas no orçamento após a efetiva atribuição (aprovação) pela entidade competente, designadamente: as importâncias relativas às transferências financeiras, a título de repartição dos recursos públicos do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e participação variável no IRS), importâncias respeitantes às transferências financeiras de Fundos Comunitários, etc);

- b) Nos termos da alínea a) do ponto 3.3 do POCAL, as importâncias relativas a impostos (IMI, IMT, IUC, Derrama e outros), taxas e tarifas (abastecimento de água, saneamento de águas residuais, recolha e tratamento de resíduos urbanos e outras) a inscrever no orçamento não podem ser superiores à média das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses;
- c) O artigo 105.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2018, estabeleceu que os Municípios não podem inscrever no orçamento receitas superiores à média das arrecadadas com a venda de bens imóveis (rústicos e urbanos) nos últimos 36 meses.

- **DESPESAS “TRADICIONAIS”**

No âmbito das despesas orçamentais, destacam-se as seguintes:

- a) Dotação das despesas com pessoal:
 - i. Cálculo de todos os contratos em vigor, quer dos trabalhadores contratados por tempo indeterminado e a termo certo, quer dos trabalhadores em comissão de serviço;
 - ii. Cálculo relativo a novas admissões de trabalhadores para 2019;
 - iii. Identificação de todas as progressões de carreira e correspondente cálculo dos montantes de acréscimo de remunerações;
 - iv. Encargos adicionais (trabalho suplementar, abonos, encargos sobre remunerações, subsídio de refeição, outros).
- b) Dotação com aquisição de bens e serviços:
 - i. Avaliação direta das despesas obrigatórias, através da identificação de todos os contratos em execução, nomeadamente: abastecimento de água, saneamento de águas residuais, recolha e tratamento de resíduos urbanos, energia elétrica, iluminação pública, comunicações, economato, combustíveis, produtos de limpeza e higiene, seguros, via verde, locação operacional, manutenção, Feira da Maça, Festa de São João, iluminação de Natal, etc...

- c) Dotação com juros e passivos financeiros (empréstimos contraídos):
 - i. Cálculo dos juros relacionados com os empréstimos contraídos a curto, médio e longo prazo, com base nas taxas em vigor na elaboração do presente orçamento;
 - ii. Identificação de todos os empréstimos com capital em dívida, quantificando os montantes a amortizar em 2019.
- d) Dotação relativa a transferências e subsídios correntes e de capital:
 - i. Contratos e protocolos celebrados a favor de terceiros, incluindo Associações Municipais, Freguesias, Associações e outras entidades;
 - ii. Subsídios a atribuir.
- e) Dotação com investimentos (novos e em curso):
 - iii. 1.^a fase consiste na identificação de todas as despesas de investimento em curso (empreitadas e outros bens) que decorrem da realização dos projetos/ações a inscrever no PPI;
 - iv. 2.^a fase consiste na priorização de novos investimentos (empreitadas e outros bens) a inscrever no PPI.

2.3. OBJETIVOS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

2.3.1. VISÃO

O Município de Armamar pretende ser reconhecido como um concelho “verde”, integrado no Douro património mundial e que preserva as características dos vinhedos e pomares (sendo Armamar a capital da maçã de montanha) e que potencia as margens do Douro para o desenvolvimento turístico e ser alternativa de residência às áreas metropolitanas envolventes e zona de montanha para o aproveitamento das energias renováveis (eólica e hídrica).

2.3.2. MISSÃO

O Município de Armamar tem como missão tornar o concelho emocionalmente atrativo e dotá-lo de condições que propiciem melhor qualidade de vida aos seus munícipes e cidadãos.

2.3.3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. Investimento na execução de obras fundamentais para o concelho, impulsionadoras de novas dinâmicas;
2. Rentabilização dos recursos, naturais, físicos e humanos;
3. Diálogo interinstitucional a nível local, regional e nacional, permitindo elaborar propostas estratégicas em articulação com serviços setoriais e agentes económicos e sociais;
4. Participação cívica e reforço da cidadania numa cultura de participação ativa e interventiva, essenciais no desenvolvimento social e humano.

2.3.4. POLÍTICA ORÇAMENTAL PROPOSTA

A política orçamental para 2019 apresenta algumas opções que importa destacar nos subcapítulos seguintes.

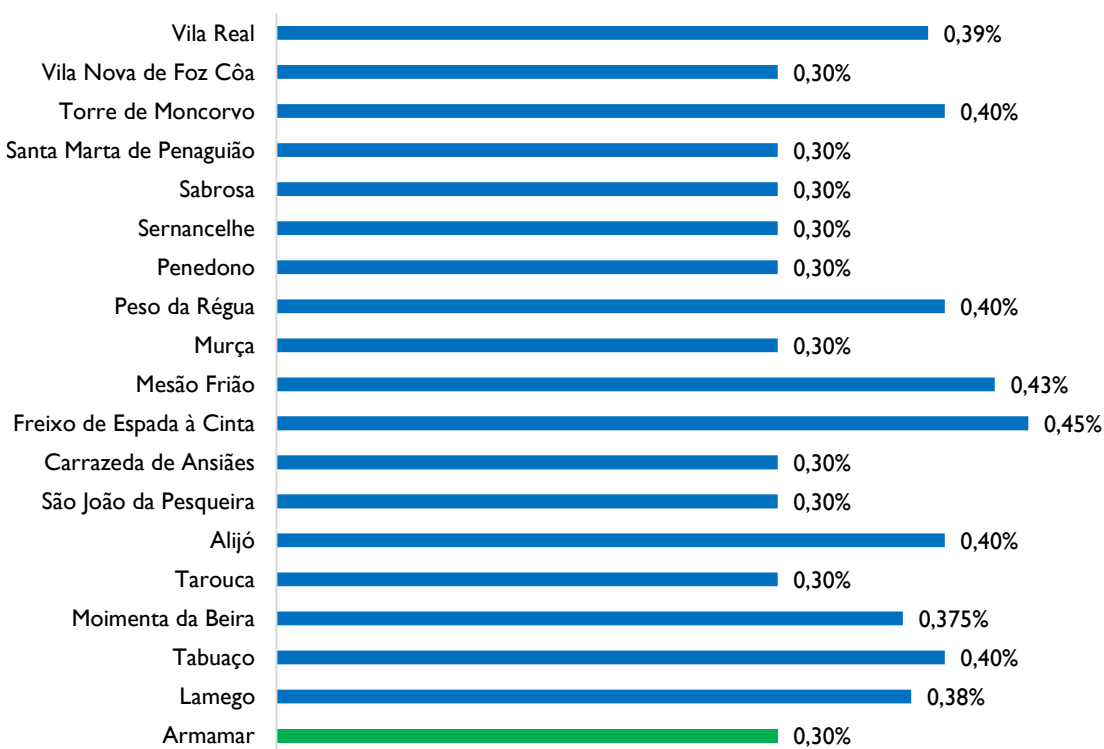
2.3.4.1. POLÍTICA FISCAL

DESCIDA DA TAXA DE IMI

O Imposto Municipal sobre Imóveis desceu para o mínimo admissível, ou seja, para a taxa de 0,3% (de um intervalo possível entre os 0,3% e 0,45%), o que representa uma poupança anual de cerca de 88.000,00 EUR para os munícipes. Acrescem a este valor os descontos previstos para os agregados com dependentes (20,00 EUR para um dependente, 40,00 EUR para dois dependentes e 70,00 EUR para três ou mais dependentes), contabilizados num valor de 12.260,00 EUR;

Na data da elaboração do presente orçamento, apenas conhecíamos a taxa de IMI aprovada no município de Armamar aplicável ao património detido em 2018 (identificada a verde) por referência às dos outros concelhos que integram a CIMDouro - Ano 2017 (identificadas a azul).

Gráfico I. Taxas do IMI aplicadas nos municípios que integram a CIMDouro



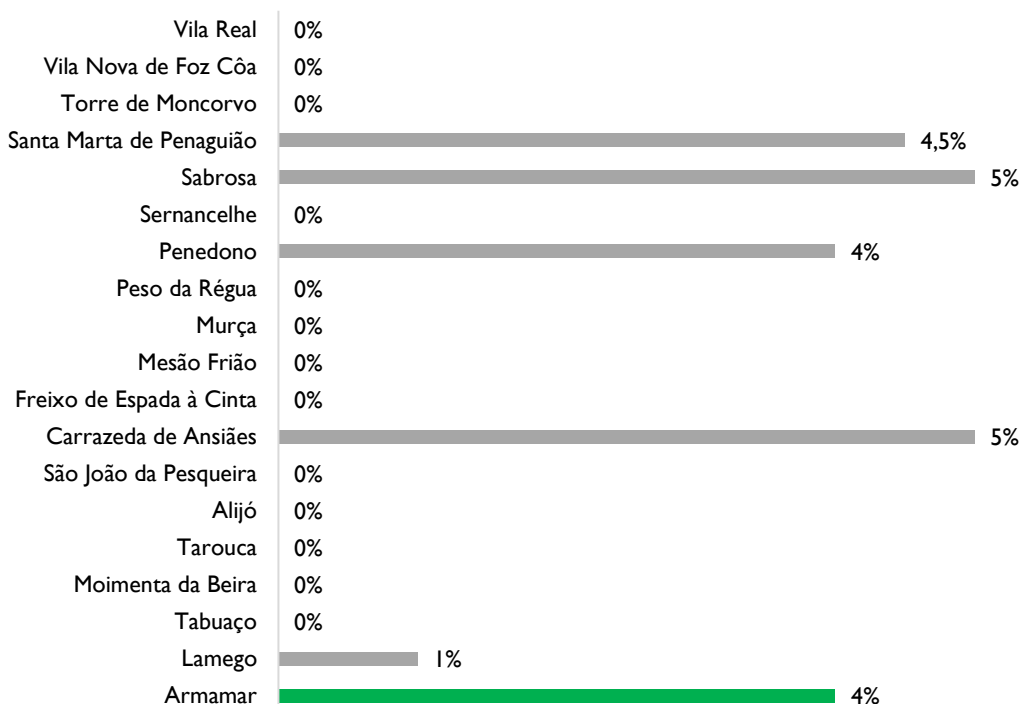
Fonte: <https://www.montepio.org/ei/pessoal/impuestos/conheca-a-sua-taxa-de-imil/>.

BENEFÍCIO FISCAL DE IRS

Devolução aos munícipes de 4% da receita obtida pelo Município do Orçamento de Estado, relativas à participação variável no IRS. Esta medida representa anualmente, no total, uma devolução aos munícipes de cerca de 80.476,00 EUR. Para 2020, o município de Armamar apenas receberá 1% dessa receita (cerca de 20.119,00 EUR), a comprometer com a ação social escolar.

Na data da elaboração do presente orçamento, apenas conhecíamos o benefício fiscal de IRS aprovado pelo município de Armamar aplicável aos rendimentos do trabalho auferidos em 2018 (identificada a verde) por referência aos dos outros concelhos que integram a CIMDouro - Ano 2017 (identificados a cinzento).

Gráfico 2. Benefício fiscal de IRS dos municípios que integram a CIMDouro



Fonte: <https://www.portaldasfinancas.gov.pt/pt/consultarTaxasIRSMunicipios.action>.

DERRAMA

Nos termos do artigo 18.º do RFALEI, os municípios podem deliberar anualmente uma derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por empresas residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.

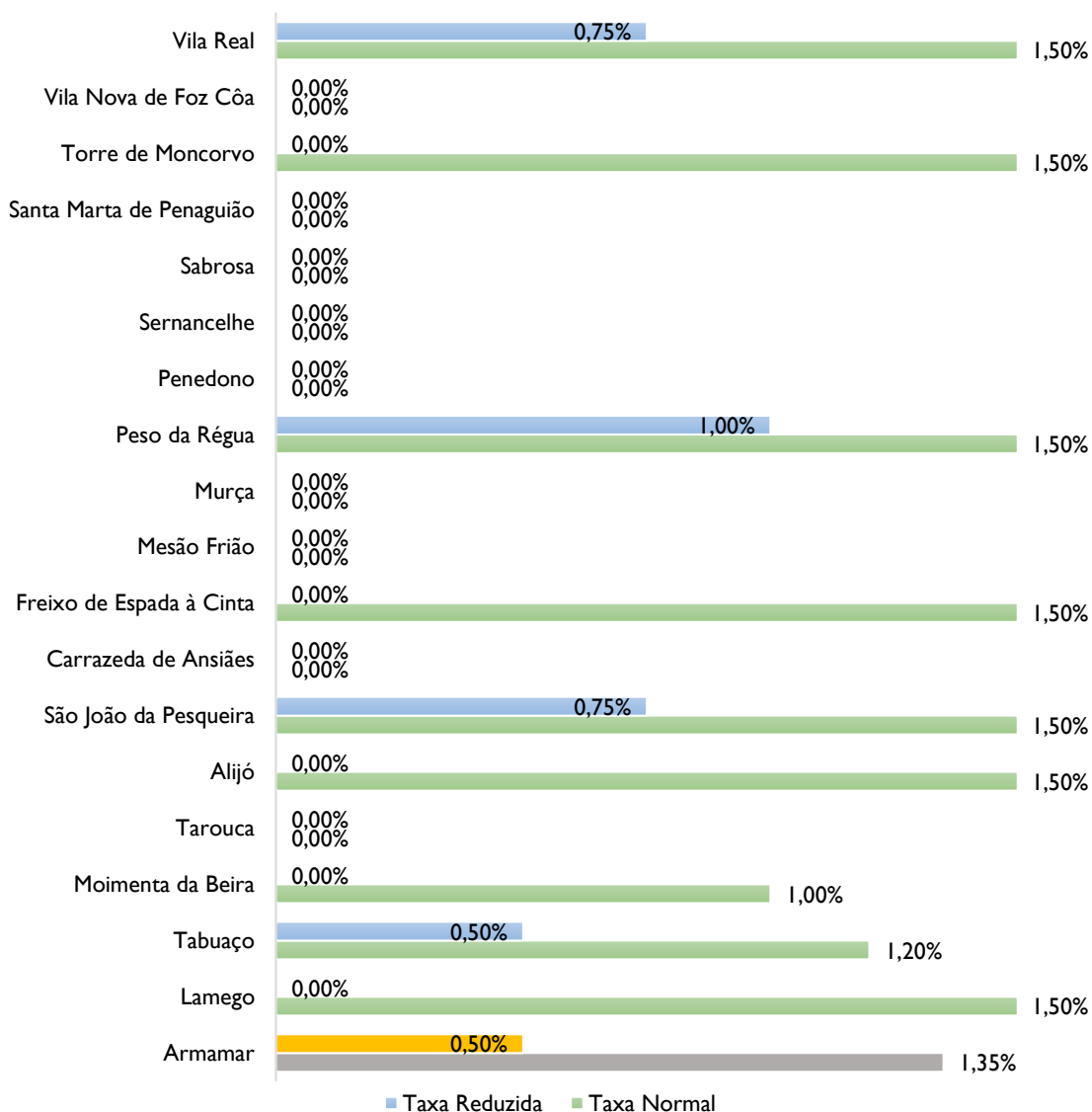
Os critérios para a fixação da derrama são os seguintes:

1. Para as empresas cujo o volume de negócios no período anterior ultrapasse os 150.000,00 EUR, a taxa de derrama a aplicar é a taxa normal (até ao limite de 1,50%);
2. Para as empresas cujo o volume de negócios no período anterior não ultrapasse os 150.000,00 EUR, mas seja superior ao referido no âmbito da isenção (se aplicável), a taxa de derrama a aplicar é a taxa reduzida (até ao limite inferior de 0,01%);

Na data da elaboração do presente orçamento, apenas conhecíamos as taxas de derrama (normal e reduzida) aprovadas pelo município de Armamar ao lucro tributável das empresas

relativo ao período de 2018 (identificadas a cinzento e laranja) por referência às dos outros concelhos que integram a CIMDouro - Ano 2017 (identificadas a verde e azul).

Gráfico 3. Taxas de derrama aplicadas nos municípios que integram a CIMDouro



Fonte: <https://www.portaldasfinancas.gov.pt/pt/main.jsp?body=/taxasIMI/consultarTaxasIRCMunicipiosForm.jsp>.

Como pode ser constatado no gráfico 3, apenas dez dos municípios que integram a CIMDouro aprovaram taxas de derrama a aplicar ao lucro tributável sujeito e não isento de IRC. De referir, que o município de Armamar aplica uma taxa reduzida de 0,50% e uma taxa normal de 1,35%.

2.3.4.2. INVESTIMENTOS EM CARTEIRA

O investimento previsto para 2019 apresenta sete áreas em destaque:

1. Proteção do Ambiente e Promoção da Eficiência dos Recursos

O investimento nesta área passa pela implementação de alguns sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais no concelho de Armamar.

A concretização dos projetos vai permitir a resolução dos problemas subsistentes, que em muitos casos geram graves danos ambientais, com incumprimentos ao nível dos parâmetros de descarga de águas residuais. Estes projetos, irão garantir uma melhor qualidade do serviço aos munícipes e uma maior sustentabilidade ambiental, reduzindo a poluição urbana nas massas de água e assegurar a proteção do ambiente, assim como das águas superficiais e costeiras.

2. Promoção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na Administração e Serviços Públicos

A estratégia da promoção das TIC no município de Armamar, passa pela modernização administrativa, através de plataformas digitais, permitindo a prestação de serviços públicos eletrónicos de âmbito local, direcionados para o cidadão e empresas, desmaterializando e automatizando os processos administrativos, eliminando assim, custos de contexto.

Este projeto, permite ainda, assegurar a segurança dos dados e das comunicações com os agentes externos, garantindo a continua prestação dos serviços municipais e a correspondente rastreabilidade e fiabilidade.

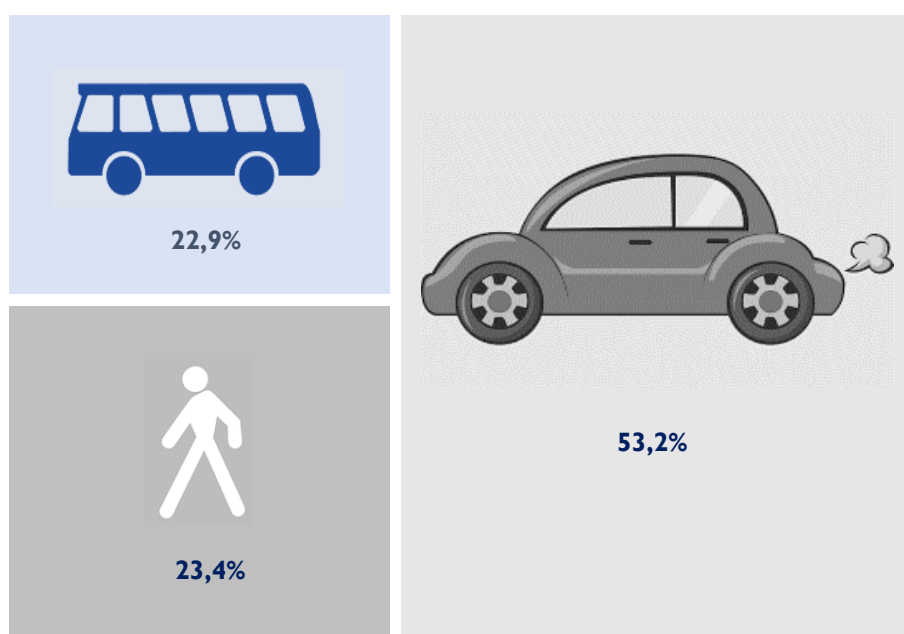
3. Mobilidade Ativa

A estratégia nas deslocações de proximidade passa por incentivar a mobilidade ativa, nomeadamente, no incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal) através da construção de ciclovias e via pedonal.

Este projeto permitirá a promoção e utilização dos modos suaves, essencialmente para fomentar novos hábitos de deslocação, alternativos ao transporte individual e complementares do transporte público e influenciar diferentes escolhas dos cidadãos e comportamentos mais racionais, eficientes e sustentáveis, com amplos benefícios para a sociedade.

Paralelamente, a utilização de bicicleta e de zonas pedestres irão contribuir para a redução das emissões de gases com efeito estufa (carbono) prejudiciais ao planeta e às pessoas.

Gráfico 4. Meios de transporte utilizados nos movimentos pendulares em Armamar



Fonte: INE, Censos 2011.

Como pode ser constatado no gráfico 4, em Armamar, no ano de 2011, os movimentos pendulares (trabalho e estudo) indicam uma utilização mais expressiva dos automóveis, face aos realizados a pé e aos transportes coletivos.

4. Estratégia de Desenvolvimento Urbano e Plano de Regeneração Urbana

A reabilitação do centro urbano de Armamar procura contribuir para prossecução da visão construída para o território no horizonte 2020, no quadro da estratégia de desenvolvimento urbano de Armamar.

Esta estratégia, passa por um centro urbano atrativo que potencia a ligação à sua envolvente, promovendo a sustentabilidade e a coesão. Com base nesta estratégia definiu-se um objetivo,

que por sua vez se desdobra em quatro opções estratégicas com ampla abrangência temática, que pretendem dar respostas aos desafios que o centro urbano de Armamar enfrenta, a saber:

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Valorizar o perímetro urbano consolidado da Vila de Armamar



OPÇÕES ESTRATÉGICAS



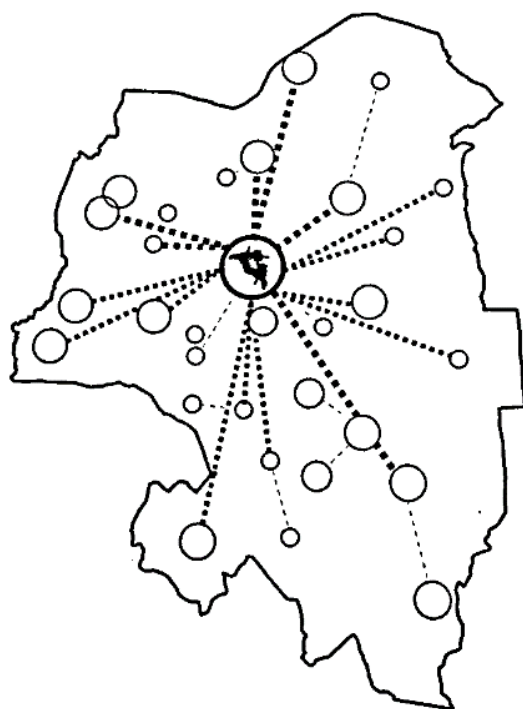
OEST 1 | Reabilitar o parque edificado e o espaço público

OEST 2 | Desenvolver a base de atividades económicas e os serviços de interesse geral

OEST 3 | Promover a coesão territorial e a inclusão social

OEST 4 | Internalizar comportamentos e práticas sustentáveis

A abrangência deste objetivo estratégico e correspondentes opções estratégicas, não se esgota num conjunto de intervenções físicas. De facto, a complementaridade entre as ações



físicas e materiais e as ações de caráter imaterial, dirigidas à esfera social e ao tecido económico, assume-se como um fator decisivo para a afirmação do centro urbano no contexto concelhio e regional.

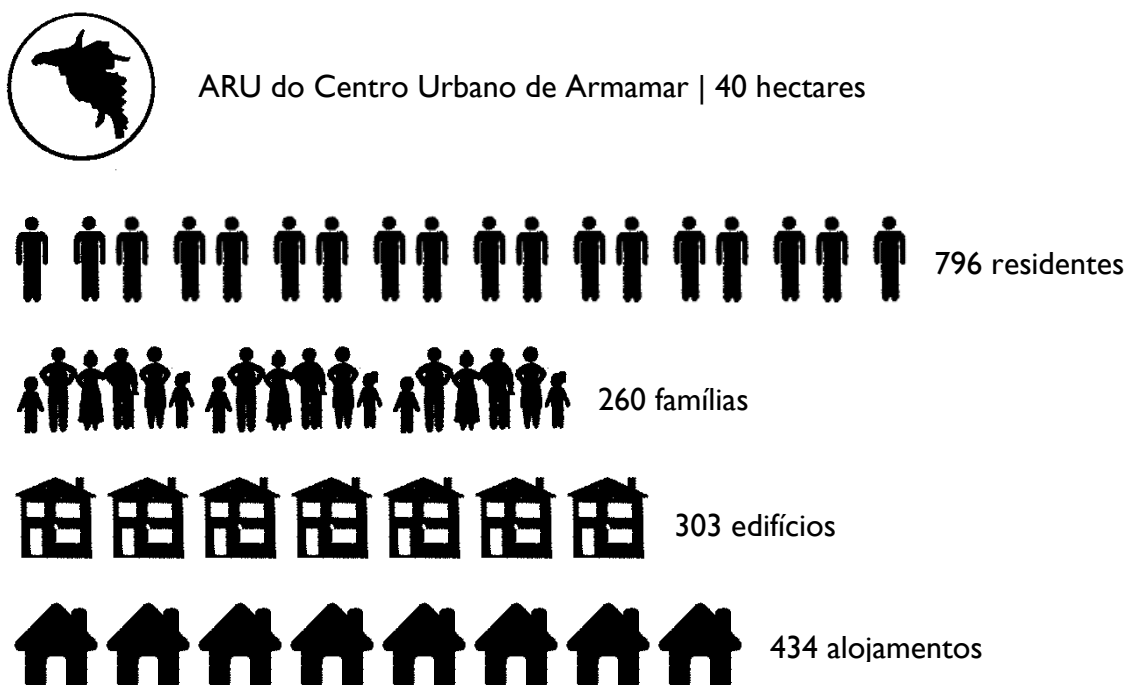
O reconhecimento do papel fundamental da Vila de Armamar para o desenvolvimento urbano do território, levou o Município a proceder à delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) do centro urbano de Armamar.

O centro urbano de Armamar assume-se como o principal polo urbano do território, localizando um conjunto diversificado de atividades económicas e

serviços públicos que respondem às necessidades da procura local. Com uma área de cerca de 40 hectares o equivalente a 0,3% da área do Concelho, a ARU concentrava, em 2011, cerca de 23% dos residentes e 11% das famílias de Armamar. No quadro da freguesia, a ARU representa mais de metade dos residentes e famílias.

A área delimitada pela ARU, que corresponde, grosso modo, ao núcleo urbano consolidado da Vila de Armamar, observou um aumento da população residente nas últimas duas décadas, contrariando as acentuadas perdas de população que se registaram no Concelho.

Figura 1. A ARU de Armamar: localização e grandes números



Fonte: INE, Censos 2011.

Na ARU localizavam-se, em 2011, 6% dos edifícios e 9% dos alojamentos do território, tendo-se registado um aumento que, não obstante, foi inferior ao observado à escala do Concelho. O parque edificado da ARU correspondia a 6% dos edifícios e a cerca de 9% dos alojamentos do concelho. No contexto da freguesia, a ARU concentrava mais de 40% dos edifícios e mais de 50% dos alojamentos.

A melhoria da atratividade do centro urbano de Armamar constitui-se como um importante mecanismo para a afirmação e projeção do território no quadro da região do Douro e, fundamentalmente, para o reforço da coesão territorial.

5. Ampliação do sistema de rega do Monte Raso

A estratégia do Município passa pela ampliação ao aproveitamento hidroagrícola de Temilobos, denominada por “Regadio de Monte Raso” será efetuada na zona designada por Monte Raso, situada na área das Freguesias de Queimada, Queimadela e União de Freguesias



de São Romão e Santiago onde se concentra uma elevada produção de pomóideas com as características que originam e determinam a sua certificação como maçã de montanha.

O setor primário constitui uma das principais fontes de rendimento das freguesias referidas possuindo os campos grande potencial agrícola destacando-se na produção de fruta e de vinho.

Prevê-se a beneficiação e pavimentação de quatro troços de caminhos agrícolas com uma extensão de 1.74 km de acesso às parcelas pertencentes ao perímetro de rega e que interligam com caminhos agrícolas existentes e já pavimentados.

A rede de rega e o sistema adutor serão dotados de um sistema de telegestão, um auxiliar precioso garantindo uma melhoria da produtividade na exploração das diferentes infraestruturas interligadas revelando – se ainda uma garantia da qualidade de serviço aos seus utentes. O presente projeto, pretende irrigar uma área de pomóideas, 152.27 hectares, atualmente em regime de sequeiro.

6. Eficiência Energética nas Infraestruturas e Equipamentos Públicos

O investimento nesta área passa por uma intervenção nos equipamentos de iluminação pública, com o objetivo de reduzir os consumos de energia, através da instalação de sistemas e tecnologias mais eficientes, nomeadamente, substituindo cerca de 1500 lâmpadas menos eficientes por lâmpadas de LED.





Para além deste investimento, irá ser efetuada uma intervenção no edifício sede do município de Armamar, com vista a aumentar a eficiência energética, efetuando as seguintes melhorias:

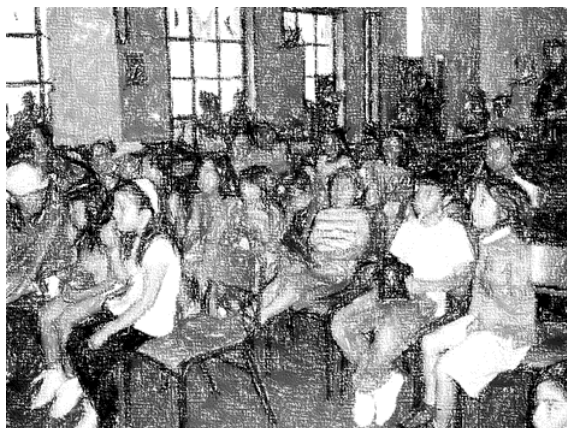
1. Substituição das luminárias;
2. Isolamento na cobertura inclinada;
3. Isolamento pelo interior das fachadas de pedra;
4. Substituição dos envidraçados;
5. Substituição dos *chiller's* e melhoria do sistema de AVAC;
6. Instalação de sistemas fotovoltaicos de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

Estima-se que a implementação de todas as medidas de melhoria, permita reduzir a fatura energética anual em cerca de 42% (equivalente a cerca de 12.500,00 EUR), relativamente aos custos atuais e permita melhorar a classificação energética do edifício de D para B-.

7. Combate ao Insucesso Escolar

Este investimento, estrutura-se em três ações:

1. Atividade de equipa multidisciplinar para prevenção e acompanhamento de situações de risco, de iniciativas para sinalização e recuperação de jovens em situação de abandono escolar precoce e da diversificação de respostas sociais e/ou educativas/formativas de modo a garantir igualdade de oportunidades de sucesso a todas as crianças e jovens do concelho de Armamar;
2. Desenvolvimento de oficinas de trabalho destinadas a alunos de todos os



níveis de ensino, de forma a promover experiências educativas, numa ótica de trabalho colaborativo e integrador de várias áreas do conhecimento e da formação integral dos jovens, criando o clube de ciências e de línguas;

3. Criação de um clube de robótica, estimulando o desenvolvimento de capacidades transversais, tais como o pensamento analítico, a resolução de problemas, o trabalho colaborativo e a criatividade.

2.3.4.3. ATIVIDADES PREVISTAS

Para 2019, destacam-se as seguintes atividades:

1. Festa de São João

A festa de São João marca a vida social do concelho de Armamar há muitíssimos anos. O evento apresenta-se com atividades cristãs e pagãs, sendo marca de referência na agenda das



gentes de Armamar, constituindo motivo de reunião na vila de Armamar a que vão também se associando forasteiros. O interesse público municipal é incontestável, seja pela tradição, seja pela dinamização da economia local. Daí no ano de

2019, realizar-se-á, com pompa e circunstância.

2. Feira da Maça

Depois de onze anos ininterruptos, os agentes económicos do concelho de Armamar e outros, serão novamente chamados a expor o potencial instalado. Desde então a feira tem ganho dimensão, com os agentes económicos locais a envolver-se cada vez mais, por perceberem a importância da promoção dos seus produtos e da sua terra. Associado a isso o evento constitui também a oportunidade para dar a conhecer as tradições e os costumes.



2.4. ELEMENTOS COMPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS

2.5.1. RELAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

Nos termos no disposto na alínea a), n.º I do artigo 46.º do RFALEI, o orçamento municipal deve incluir a identificação e descrição das responsabilidades contingentes. Estas são entendidas, como possíveis obrigações que resultem de factos passados e cuja existência é confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo do Município, ou obrigações presentes que, resultando de acontecimentos passados, não são reconhecidas porque:

- a) Não é provável que um exfluxo de recursos, que incorpora benefícios económicos ou um potencial de serviço, seja exigido para liquidar as obrigações; ou
- b) O montante das obrigações não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade.

Assim, dada a referida obrigatoriedade, indica-se a relação das responsabilidades contingentes do Município de Armamar.

Quadro 2. Responsabilidades contingentes

(Unidade: Euro)

N.º Processo	Tipo de Ação	Montante
512/16.4BEVIS	Ação Administrativa	10.992,65
2523/2017.ERSAR	Processo de Contraordenação	1.250,00
117/16.0BEVIS	Ação Administrativa	12.102,38
243/17.8BEVIS	Ação Administrativa	13.970,00
Total		38.315,03

Fonte: Elaboração própria.

2.5.2. RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS RESULTANTES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Para efeitos do disposto no n.º 3, artigo 42.º do RFALEI, o total das responsabilidades financeiras resultantes de compromissos plurianuais ascende a:

Quadro 3. Compromissos Plurianuais

(Unidade: Euro)

Ano	Total de Compromissos Plurianuais*
2019	995.109,80
2020	885.075,12
2021	742.055,09
2022 e seguintes (acumulado)	1.257.733,44
Total Global	3.879.973,45

Fonte: Elaboração própria.

*Os compromissos plurianuais referidos no quadro 3, foram consultados no balancete das contas de controlo orçamental, retirado da aplicação usada pelo município de Armamar.

2.5.3. MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO

Nos termos do disposto na alínea c), n.º 2, artigo 46.º do RFALEI, apresentam-se as entidades participadas pelo Município, identificadas pelo respetivo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente.

Quadro 4. Participações em entidades societárias

(Unidade: Euro)

N.º	Designação	NIPC	Capital Social (€)	Valor da Participação (€)	Percentagem Detida
1	Armamar Viva, S.A.	508797306	50.000,00	24.500,00	49%
2	Águas do Norte, S.A.	513606084	111.061.732,00	118.386,00	0,107%
3	RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	509143059	8.000.000,00	28.428,00	0,355%

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 5. Participações em entidades não societárias

(Unidade: Euro)

N.º	Designação	NIPC	Capital Estatutário (€)	Valor da Participação (€)	Percentagem Detida
1	Associação Nacional Municípios Portugueses	501627413	1.503.181,74	4.258,16	0,28327646
2	Associação do Douro Histórico	502577916	16.760,00	1.500,00	8,94988067
3	Associação de Municípios do Vale do Douro Sul	503821632	357.865,43	35.786,54	10,00
4	Fundação Museu do Douro	507693671	1.075.034,20	8.651,00	0,80471858
5	Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	90.700,00	1.000,00	1,10253583
6	Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro	G09305129	N/A	N/A	N/A
7	Comunidade Intermunicipal do Douro	508779200	N/A	N/A	5,26

Fonte: Elaboração própria.

N/A: Não aplicável

2.5.4. QUADRO PLURIANUAL DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTAL 2019-2023

Os n.ºs 2 e 3 do artigo 41.º do RFALEI determinam que a elaboração dos orçamentos anuais é enquadrada num quadro plurianual de programação orçamental (QPPO) e este consta de documento que especifica o quadro de médio prazo para as finanças da autarquia local (QMPFAL).

Não obstante, determina o artigo 47.º do RFALEI que: “os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo”, onde se inclui o e o Quadro de Médio Prazo das Finanças da Autarquia Local “são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente lei”, ou seja, até 3 de janeiro de 2014.

Assim, considerando que a aludida regulamentação não foi ainda publicada e, dado que se desconhecem os elementos que devem constar do QPPO, foi entendimento do Município, preparar aquele quadro para o exercício de 2019, visto ser um elemento imperativo do RFALEI.

Ora, o QPPO que a seguir se apresenta (quadro 6), contém os limites da despesa efetiva para o período de 2019 a 2023. Os limites de despesa referentes ao período de 2020 a 2023 são indicativos (n.º 3 do artigo 44.º do RFALEI).

Sem prejuízo da manutenção dos valores anuais de despesa, podem os limites de despesa por agrupamento constantes do quadro 6 ser objeto de modificação, em virtude de alterações orçamentais decorrentes da utilização da dotação previsional.

Quadro 6. Quadro Plurianual de Programação Orçamental 2019-2023

(discriminado por rubrica orçamental)

(Unidade: Euro)

Descrição	2019	2020	2021	2022	2023
Receitas por Rubrica					
Receita Corrente	7 912 540,00	7 384 253,00	7 405 929,00	7 396 995,00	7 417 146,00
R1 - Receita Fiscal	958 400,00	853 690,00	871 350,00	864 260,00	812 600,00
R3 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	112 950,00	114 645,00	116 365,00	118 230,00	120 300,00
R4 - Rendimentos da Propriedade	187 900,00	190 720,00	193 580,00	196 480,00	199 430,00
R5 - Transferências Correntes	5 248 490,00	5 147 383,00	5 147 383,00	5 147 383,00	5 216 928,00
R6 - Venda de Bens e Serviços	1 364 100,00	1 377 741,00	1 391 500,00	1 405 415,00	1 419 400,00
R7 - Outras Receitas Correntes	40 700,00	32 520,00	31 520,00	31 520,00	31 520,00
Receita de Capital	3 029 318,00	1 327 800,00	911 258,00	911 258,00	911 258,00
R8 - Vendas de Bens de Investimento	89 785,00	95 000,00	80 000,00	75 000,00	75 000,00
R9 - Transferências de Capital	2 905 715,00	1 004 700,00	588 158,00	588 158,00	588 158,00
R10 - Outras Receitas de Capital	100,00	50,00	50,00	50,00	50,00
R11 - Reposições não Abatidas aos Pagamentos	33 718,00	15 500,00	15 500,00	12 000,00	12 000,00
Receita Efetiva	10 941 858,00	8 712 053,00	8 317 187,00	8 308 253,00	8 328 404,00
Receita não Efetiva	200 000,00	150 000,00	150 000,00	100 000,00	100 000,00
R12 - Receita com Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13 - Receita com Passivos Financeiros	200 000,00	150 000,00	150 000,00	100 000,00	100 000,00
Receita Total	11 141 858,00	9 062 053,00	8 667 187,00	8 658 253,00	8 678 404,00
Despesas por Rubrica					
Despesa Corrente	6 998 811,00	6 851 973,00	7 089 784,00	7 021 902,00	7 083 096,00
D1 - Despesas com o Pessoal	3 708 438,00	3 748 865,00	3 992 585,00	3 937 914,00	4 031 960,00
D2 - Aquisição de Bens e Serviços	2 951 889,00	2 791 128,00	2 788 078,00	2 792 028,00	2 757 028,00
D3 - Juros e Outros Encargos	93 414,00	78 070,00	70 111,00	58 950,00	45 698,00
D4 - Transferências Correntes	72 270,00	107 020,00	112 120,00	105 120,00	120 520,00
D5 - Subsídios	98 600,00	75 500,00	75 500,00	76 500,00	76 500,00
D6 - Outras Despesas Correntes	74 200,00	51 390,00	51 390,00	51 390,00	51 390,00
Despesa de Capital	3 042 975,00	1 221 749,00	606 328,00	995 531,00	1 102 398,00
D7 - Investimento	2 793 115,00	996 229,00	417 663,00	800 131,00	907 398,00
D8 - Transferências de Capital	249 860,00	225 520,00	188 665,00	195 400,00	195 000,00
D9 - Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Efetiva	10 041 786,00	8 073 722,00	7 696 112,00	8 017 433,00	8 185 494,00
Despesa não Efetiva	1 100 072,00	988 331,00	971 075,00	640 820,00	492 910,00
D10 - Despesas com Ativos Financeiros	26 241,00	13 121,00	0,00	0,00	0,00
D11 - Despesas com Passivos Financeiros	1 073 831,00	975 210,00	971 075,00	640 820,00	492 910,00
Despesa Total	11 141 858,00	9 062 053,00	8 667 187,00	8 658 253,00	8 678 404,00
Saldo Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Global	900 072,00	638 331,00	621 075,00	290 820,00	142 910,00
Despesa Primária	9 948 372,00	7 995 652,00	7 626 001,00	7 958 483,00	8 139 796,00
Saldo Corrente	913 729,00	532 280,00	316 145,00	375 093,00	334 050,00
Saldo de Capital	-13 657,00	106 051,00	304 930,00	-84 273,00	-191 140,00
Saldo Primário	993 486,00	716 401,00	691 186,00	349 770,00	188 608,00

*Modelo adaptado do SNC-AP

Fonte: Elaboração própria.

2.5. FATORES EXTERNOS AO MUNICÍPIO DE ARMAMAR

Como fatores externos com influência na atividade municipal para 2019, importa destacar:

1. A nova Lei de Enquadramento Orçamental (doravante LEO), aprovado pelo Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro e o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (doravante designado SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação, correspondendo a dois diplomas que implicarão profundas alterações das regras e procedimentos em vigor, com impacto relevante, designadamente, no (re)desenho dos processos, nos sistemas de informação, nas normas de controlo interno, nas demonstrações financeiras e no processo orçamental;
2. A entrada em vigor da 7.ª alteração ao Regime Financeiro da Administração Local e Entidade Intermunicipais (doravante designada RFALEI), aprovado pela Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, na sua atual redação, que impõe novas regras o que constitui uma oportunidade de rever procedimentos internos. Para além das novas regras, o RFALEI ainda não foi totalmente regulamentado, implicando alguns condicionalismos como sejam:
 - a) A não disponibilização aos Municípios de informação relativa a “projeções dos principais agregados macroeconómicos com influência no Orçamento do Estado” e “linhas gerais da política orçamental do Governo, nomeadamente quanto às medidas com impacto na receita fiscal”;
 - b) A continuação da falta de regulação das regras orçamentais para a elaboração dos Orçamentos e das Grandes Opções do Plano na Administração Local, mantendo-se o constrangimento de não estarem criadas as condições legais para o cumprimento desta legislação.
3. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que aprova a Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais, que após a aprovação dos diplomas legais de âmbito setorial, irá transferir faseadamente até dia 01 de janeiro de 2021, novas competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais.

2.6. ORÇAMENTO PARA 2019

Na elaboração do presente Orçamento, tiveram presentes os princípios previsionais, consagrados no ponto 3.3 do POCAL, assim como o princípio da estabilidade orçamental determinado no artigo 40.º da RFALEI.

Apesar deste orçamento ser elaborado nos termos do POCAL, no dia 01 de janeiro de 2019, dar-se-á início à entrada em vigor SNC-AP, pelo que a partir daquela data, haverá um ajustamento em sede de execução, para os modelos de relato previstos no SNC-AP, ou seja, trata-se apenas de uma conversão técnica.

De referir, que com o SNC-AP, estamos perante um paradigma diferente do atual, mais exigente, transparente e analítico, permitindo o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos.

Note-se, que este normativo contabilístico obriga a preparar um orçamento numa base móvel de cinco anos, assim como a preparação previsional de um balanço, de uma demonstração dos resultados por natureza e de uma demonstração dos fluxos de caixa.

Apesar do SNC-AP revogar o POCP e todos os planos de contabilidade setoriais, onde se encontra incluído o POCAL, mantém-se em vigor (não revogou) os pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, do POCAL, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento.

Ora, com fundamento numa gestão equilibrada e face à necessidade de nivelar o orçamento em função da receita a arrecadar, que essa gestão se materializa. Aliás, a maior fonte de receita dos orçamentos municipais, ao qual este não foge à regra, emerge das transferências do Orçamento do Estado numa base de perequação financeira, nomeadamente em termos de equilíbrio entre Estado e Municípios, seja numa perspetiva vertical, seja numa perspetiva horizontal.

2.6.1. ANÁLISE GLOBAL DO ORÇAMENTO

Em 2019, o total do orçamento importa em 11.141.858,00EUR, o que reflete um aumento em relação ao orçamento do ano anterior na ordem 1.211.156,00 EUR.

Observando os valores previstos no quadro infra, verifica-se que as receitas correntes de 7.912.540,00 EUR, suportam as despesas de igual natureza no montante global de 6.998.811,00 EUR, enquanto as receitas de capital totalizam 3.195.600,00 EUR face às despesas de capital de 4.143.047,00 EUR.

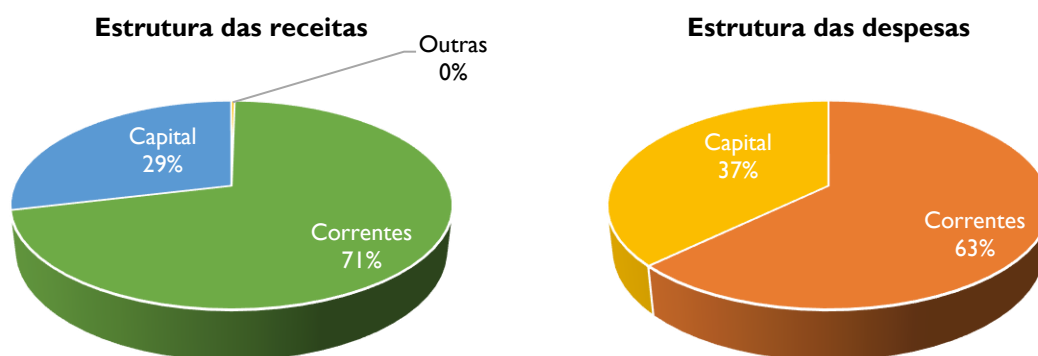
Quadro 7. Receitas e despesas para 2019

(Unidade: Euro)

RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS - ANO DE 2019					
RECEITAS			DESPESAS		
Receitas Correntes	Dotação	%	Despesas Correntes	Dotação	%
01 Impostos diretos	936 050,00	8,4%	01 Despesas com o pessoal	3 708 438,00	33,3%
02 Impostos indiretos	22 350,00	0,2%	02 Aquisição de bens e serviços	2 951 889,00	26,5%
04 Taxas, multas e outras penalidades	112 950,00	1,0%	03 Juros e outros encargos	93 414,00	0,8%
05 Rendimentos de propriedade	187 900,00	1,7%	04 Transferências correntes	72 270,00	0,6%
06 Transferências correntes	5 248 490,00	47,1%	05 Subsídios	98 600,00	0,9%
07 Venda de bens e serviços correntes	1 364 100,00	12,2%	06 Outras despesas correntes	74 200,00	0,7%
08 Outras receitas correntes	40 700,00	0,4%			
Receitas de Capital	3 195 600,00	28,7%	Despesas de Capital	4 143 047,00	37,2%
09 Vendas de bens de investimento	89 785,00	0,8%	07 Aquisição de bens de capital	2 793 115,00	25,1%
10 Transferências de capital	2 905 715,00	26,1%	08 Transferências de capital	249 860,00	2,2%
12 Passivos financeiros	200 000,00	1,8%	09 Ativos financeiros	26 241,00	0,2%
13 Outras receitas de capital	100,00	0,0%	10 Passivos financeiros	1 073 831,00	9,6%
Outras Receitas	33 718,00	0,3%			
15 Reposições não abatidas nos pagamentos	33 718,00	0,3%			
TOTAL GERAL	11 141 858,00	100,0%	TOTAL GERAL	11 141 858,00	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 5. Estrutura das receitas e despesas para 2019



Fonte: Elaboração própria

A principal fonte de receitas continua a ser a de natureza corrente, estimando-se que contribua em 71% para a receita total cobrada, sobretudo devido à influência das transferências correntes, logo seguida pelos impostos diretos, apesar da sua menor materialidade.

De igual modo, as despesas correntes permanecem com maior preponderância ao assumirem 62,8% do total orçado, onde se destacam o peso dos encargos com pessoal (33,3%) e com a aquisição de bens e serviços (26,5%), logo seguidos do investimento previsto em aquisição de bens de capital, que absorve 25,1% da totalidade do orçamento da despesa.

Em matéria de equilíbrio orçamental, atentas as regras contempladas no artigo 40.º do RFALEI, mais restritivas do que as previstas no POCAL, verifica-se que o saldo corrente, acrescido da amortização média dos empréstimos de médio e longo prazo existentes, gera uma poupança corrente na ordem dos 913.729,00 EUR, que permitirá financiar investimentos.

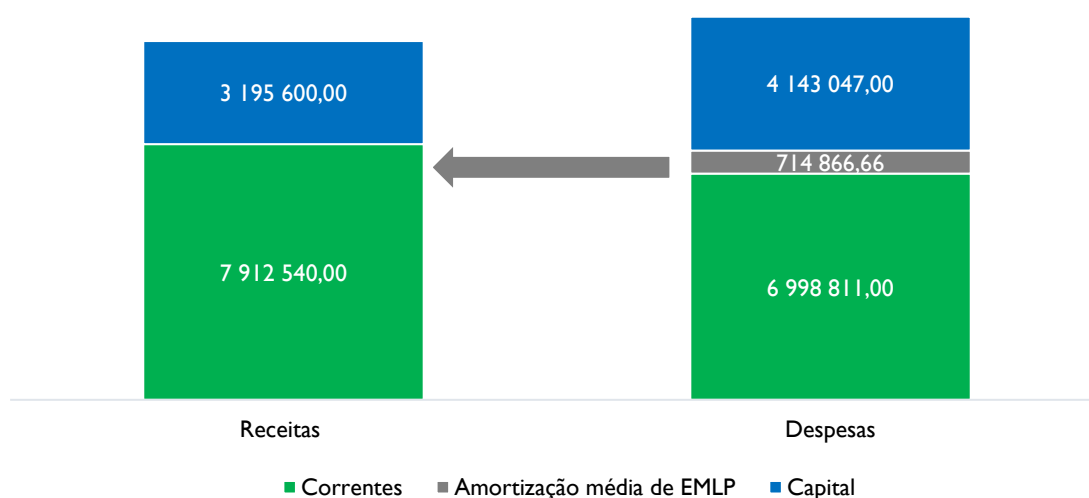
Quadro 8. Equilíbrio orçamental corrente (orçamento para 2019).

(Unidade: Euro)

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL CORRENTE		
Receitas Correntes Previstas \geq (Despesas Correntes Previstas + Amortizações Médias de Empréstimos de MLP)		
(a)	Receitas Correntes Previstas	7.912.540,00
(b)	Despesas Correntes Previstas	6.998.811,00
(c)	Amortizações Médias de Empréstimos de MLP	714.866,66
(d)=(b)+(c)		7.713.677,66
(e)=(a)-(d)	Saldo Corrente	198.862,34

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 6. Equilíbrio corrente orçamental (orçamento para 2019).



Fonte: Elaboração própria

PARTE II – REGULAMENTO DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I – NORMA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

I.1. ARTICULADO DAS MEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

NOTA INTRODUTÓRIA

As preocupações inerentes à gestão económica, eficiente e eficaz das atividades desenvolvidas pelas autarquias locais, no âmbito das suas atribuições, determinam a adoção de mecanismos reguladores e de ações de controlo.

Torna-se assim necessário, estabelecer um conjunto de regras definidoras de políticas, métodos e procedimentos que contribuam para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira fiável.

Assim, nos termos do disposto na alínea d), n.º I, artigo 46.º do novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação é elaborado o presente articulado, contendo as medidas para a execução orçamental, das demonstrações previsionais para o exercício de 2019.

CAPÍTULO I - ÂMBITO E PRINCÍPIOS GENÉRICOS

Artigo 1.º - Definição e objeto

I. O presente normativo estabelece um conjunto de regras e procedimentos específicos, indispensáveis à execução do Orçamento do Município para 2019, de modo a garantir o cumprimento integrado a nível das demonstrações previsionais e dos princípios orçamentais, nos termos dos seguintes diplomas reguladores:

- a) Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação;

- b) Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), na parte não revogada pelo SNC-AP, pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento;
 - c) Lei de Enquadramento Orçamental em vigor;
 - d) Lei do Orçamento de Estado;
 - e) Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), aprovada pela Lei n.º 8/2008, de 21 de fevereiro, na sua atual redação;
 - f) Normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da LCPA, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual;
 - g) Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação (RFALEI);
 - h) Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação (RJAL);
 - i) Do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
 - j) Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação;
 - k) Em mais legislação aplicável.
2. É objeto deste normativo a criação de condições para a integração consistente da atividade financeira desenvolvida pelos serviços municipais, numa contabilidade pública moderna que constitua um instrumento fundamental de apoio à gestão.

Artigo 2.º - Âmbito de aplicação

O presente normativo é obrigatoriamente aplicável a todos os serviços do Município.

Artigo 3.º - Execução orçamental

- 1. Na execução das demonstrações previsionais dever-se-á atender aos princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria.
- 2. Os serviços municipais são responsáveis pela gestão do conjunto dos meios financeiros, afetos às respetivas áreas de atividade, e tomarão as medidas necessárias à sua otimização

e rigorosa utilização, face às medidas de contenção de despesa e de gestão orçamental definidas pelo Executivo Municipal, bem como as diligências para o efetivo registo dos compromissos a assumir em obediência à LCPA. A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo a que seja preservado o equilíbrio financeiro, obriga ao estabelecimento das seguintes regras:

- a) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos de exercícios anteriores que tenham fatura ou documento equivalente associados e não pagos (dívida transitada);
- b) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em anos anteriores sem fatura associada;
- c) Registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos de anos futuros e dos contratualizados em anos anteriores.

Artigo 4.º - Modificações ao orçamento e às grandes opções do plano

O Presidente da Câmara Municipal, baseado em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reorientando através do mecanismo das modificações orçamentais, as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas, com o menor custo financeiro, no cumprimento estrito do disposto no ponto 8.3.1. do POCAL, no ponto 4.26.12.2 da Norma de Contabilidade Pública 26 do SNC-AP e das competências dos órgãos municipais estabelecidas no RJAL.

Artigo 5.º - Registo contabilístico

- 1. Os serviços municipais são responsáveis pela correta identificação da receita, a liquidar e cobrar pela unidade responsável pela gestão financeira.
- 2. As faturas ou documentos equivalentes devem ser enviadas pelos fornecedores diretamente para a unidade responsável pela gestão do expediente.
- 3. As faturas recebidas nos outros serviços municipais terão de ser reencaminhadas para unidade responsável pela gestão do expediente, no prazo máximo de 1 dia úteis.

4. Os documentos relativos a despesas urgentes e inadiáveis, devidamente fundamentadas, devem ser enviados à unidade responsável pela gestão financeira no prazo de 24 horas, de modo a permitir efetuar o compromisso até às 48 horas posteriores à realização da despesa.
5. Os documentos relativos a despesas em que estejam em causa situações de excecional interesse público ou a preservação da vida humana, devem ser enviados à unidade responsável pela gestão financeira no prazo de 2 dias úteis, de modo a permitir efetuar o compromisso no prazo de 10 dias após a realização da despesa.
6. Os documentos relativos a despesas referentes às situações descritas nos n.ºs 4 e 5 devem ser acompanhados de nota justificativa suficientemente detalhada para caracterizar e fundamentar a natureza excecional da mesma.
7. Os documentos, registos, circuitos e respetivos tratamentos, são os constantes da Norma de Controlo Interno.

Artigo 6.º - Gestão dos bens móveis e imóveis do Município

1. A gestão do património municipal executar-se-á nos termos do Regulamento de Cadastro e Inventário.
2. As aquisições de imobilizado efetuam-se de acordo com as grandes opções do plano, nomeadamente o plano plurianual de investimentos e com base nas orientações da Câmara Municipal, através de requisições externas ou documento equivalente, designadamente contratos, emitidos ou celebrados pelos responsáveis com competência para autorizar despesa, após verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis.

Artigo 7.º - Gestão de stocks

1. O stock de bens será um recurso de gestão a usar apenas no estritamente necessário à execução das atividades desenvolvidas pelos serviços.
2. A regra será a de aquisição de bens por fornecimento contínuo, sem armazenagem, ou com um período de armazenagem mínimo.

3. Todos os bens saídos de armazém, afetos a obras por administração direta ou outras atividades municipais, deverão ser objeto de registo no sistema de gestão de stocks, devendo expressamente identificar-se o fim a que se destinam.
4. Os procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, no âmbito da gestão de stocks, constam da Norma de Controlo Interno.

CAPÍTULO II - RECEITA ORÇAMENTAL

SECÇÃO I – PRINCÍPIOS

Artigo 8.º - Princípios gerais para arrecadação de receitas

1. Nenhuma receita poderá ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição orçamental adequada, podendo, no entanto, ser cobrado para além dos valores inscritos no Orçamento.
2. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelos correspondentes artigos do Orçamento do ano em que a cobrança se efetuar.
3. A liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais serão efetuadas de acordo com o disposto nos regulamentos municipais em vigor que estabeleçam as regras a observar para o efeito, bem como os respetivos quantitativos e outros diplomas legais em vigor.
4. Em conformidade com o n.º I do artigo 9.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de agosto, na sua atual redação, poderá proceder-se à atualização do valor das taxas com base no indexante regulamentarmente previsto.
5. Deverão ainda ser cobradas outras receitas próprias da Município relativamente a bens e serviços prestados, sempre que se torne pertinente, mediante informação justificada e proposta de valor a apresentar pela respetiva unidade orgânica à unidade responsável pela gestão financeira.

SECÇÃO II - ENTREGA DAS RECEITAS COBRADAS

Artigo 9.º - Cobranças pelos serviços municipais

1. As receitas cobradas pelos diversos serviços municipais darão entrada, em regra, na Tesouraria, no próprio dia da cobrança até à hora estabelecida para o encerramento das operações.
2. Quando se trate dos serviços externos, a entrega far-se-á no dia útil imediato ao da cobrança, mediante guias de recebimento previamente assinadas pelo responsável do serviço que cobrar as receitas.
3. Quando se trate de cobranças feitas por entidade diversa do tesoureiro (posto de cobrança externo), a receita deverá ainda ser depositada diariamente pelos serviços na agência bancária mais próxima do local de cobrança, sendo o número de conta indicado pela Tesouraria.
4. Nos casos referidos no n.º 2 deverá a Tesouraria remeter à unidade responsável pela gestão financeira, os documentos referidos em 3, para contabilização.

SECÇÃO III - ISENÇÕES E REDUÇÕES

Artigo 10.º - Isenções e reduções de taxas

1. No exercício económico de 2019, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei RJAL, é fixado o valor de 5.000,00 EUR como limite à despesa fiscal.
2. Até ao limite fixado no número anterior pode a Câmara Municipal, sob proposta devidamente fundamentada, conceder isenções ou reduções dentro dos limites estabelecidas nos regulamentos municipais em respeito pelo princípio da legalidade tributária previsto no n.º 9 do artigo 16.º RJAL.
3. As isenções ou reduções concedidas a favor de pessoas singulares ou coletivas dos setores privado, cooperativo e social, bem como das entidades públicas fora do perímetro do sector das administrações públicas no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, é considerada um benefício concedido para efeitos do Lei n.º 64/2013 de 27 de

agosto, sem prejuízo do artigo 3.º do mesmo diploma, e concorre para o cômputo dos demais benefícios concedidos em numerário e ou em espécie.

CAPÍTULO III - DESPESA ORÇAMENTAL

SECÇÃO I - PRINCÍPIOS E REGRAS

Artigo 11.º - Princípios gerais para a realização da despesa

1. Na execução do orçamento da despesa devem ser respeitados os princípios e regras definidos nos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1 do POCAL e do SNC-AP, e ainda as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da LCPA, constantes do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e ulteriores alterações.
2. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, nos termos da lei;
 - b) Registado previamente à realização da despesa no sistema informático de apoio à execução orçamental;
 - c) Emitido um número de compromisso válido e sequencial que é refletido na nota de encomenda;
 - d) Nenhum compromisso pode ser assumido sem que se assegure a existência de fundos disponíveis.
3. O registo do compromisso deve ocorrer o mais cedo possível, em regra, pelo menos três meses antes da data prevista de pagamento para os compromissos conhecidos nessa data, sendo que as despesas permanentes, como salários, comunicações, água, eletricidade, rendas, contratos de fornecimento anuais ou plurianuais, devem ser registados mensalmente para um período deslizando de três meses, de igual forma se deve proceder para os contratos de quantidades.
4. As despesas só podem ser cabimentadas, comprometidas, autorizadas e pagas, se estiverem devidamente justificadas e tiverem cobertura orçamental, ou seja, no caso dos

investimentos, se estiverem inscritas no Orçamento e no Plano Plurianual de Investimentos (PPI), com dotação igual ou superior ao valor do cabimento e compromisso e no caso das restantes despesas, se o saldo orçamental na rubrica respetiva for igual ou superior ao valor do encargo a assumir.

5. As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de dezembro, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até 31 de dezembro ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte.
6. Tendo em vista o pagamento dos encargos assumidos por conta do orçamento do ano em prazo exequível, fica a unidade responsável pela gestão financeira autorizada a definir uma data limite para apresentação das requisições externas para aquisição de bens e serviços e para a receção das faturas.

Artigo 12.º - Tramitação dos processos de despesa

1. Em 2019, continua a caber à divisão municipal beneficiária (com referência às respetivas competências organizacionais) formular a proposta da decisão de contratar e todos os outros documentos que a sustentam.
2. A proposta da decisão de contratar é submetida a despacho ou deliberação, sem prejuízo de outros elementos, com as fundamentações e as peças do procedimento, na versão final.
3. Para elaboração da proposta da decisão de contratar, podem ser realizadas consultas preliminares informais ao mercado, de forma a obter o seguinte:
 - a) Preços atualizados de mercado;
 - b) Condições e informações que possam ser utilizadas no planeamento da contratação.
4. As consultas preliminares ao mercado devem observar as seguintes regras:
 - a) Consulta no mínimo a três agentes económicos;
 - b) A consulta é solicitada por correio eletrónico, via domínio cm-armamar.pt e endereçada simultaneamente aos agentes económicos;
 - c) Em sede de procedimento pré-contratual, devem ser comunicadas aos restantes concorrentes, todas as condições e informações trocadas no âmbito da

participação do(s) concorrente(s) na preparação do procedimento, introduzindo essas informações nas peças do procedimento.

5. As competências organizacionais da divisão municipal beneficiária, devem utilizar obrigatoriamente a plataforma eletrónica de compras públicas para todas as aquisições de bens, serviços, empreitadas ou concessões quer tenham contrato de fornecimento contínuo ou não.
6. Haverá sempre um trabalhador afeto ao serviço ou competência organizacional identificado com a natureza do procedimento pré-contratual a acompanhar a utilização da plataforma eletrónica de compras públicas.
7. Para efeitos do referido nos números anteriores, as competências organizacionais, ou equiparadas, responsabilizar-se-ão pela elaboração das cláusulas jurídicas e técnicas dos cadernos de encargos e de todos os documentos que sejam necessários para instrução dos respetivos procedimentos pré-contratuais.
8. A aplicação do número anterior poderá ser dispensada quando seja adotado o procedimento de ajuste direto simplificado.
9. Em cada requisição apresentada deve estar justificada a necessidade de realização da despesa.
10. Cumpre à unidade responsável pelo aprovisionamento realizar e coordenar toda a tramitação administrativa dos processos aquisitivos para stock ou armazenagem, em articulação com os demais serviços.
11. Para efeitos de aplicação do n.º 5 do artigo 113.º do CCP, todos os serviços municipais devem comunicar à unidade responsável pela gestão financeira, no momento da ocorrência, a identificação de todas as entidades (designação e número de identificação fiscal) que tenham executado obras, fornecido bens móveis ou prestado serviços ao município, a título gratuito, no ano económico em curso ou nos dois anos económicos anteriores, exceto se o tiverem feito ao abrigo do Estatuto do Mecenato.

Artigo 13.º - Gestão de contratos

- I. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, compete a cada uma das unidades requisitantes a gestão dos contratos em vigor.

2. Para cumprimento do disposto no número anterior, cada unidade deve:

- a) Propor os gestores de contrato (nos termos do artigo 290.º-A do CCP) que serão responsáveis pela monitorização da execução dos contratos;
- b) Responder no prazo máximo de 5 dias aos inquéritos de qualidade do serviço enviados pela unidade responsável pela gestão financeira.
- c) As questões relacionadas com a execução dos contratos, como as eventuais modificações, incumprimentos contratuais, apuramento de responsabilidades ou aplicação de penalidades, entre outras, devem ser remetidas à unidade responsável pela gestão financeira para que esta assegure a competente análise e tramitação adequada.

Artigo 14.º - Conferência e registo da despesa

1. A conferência e registo, inerentes à realização de despesas efetuadas pelos serviços municipais, deverão obedecer ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis e às regras de instrução de processos sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.
2. A conferência e registo referidos no número anterior serão efetuados pela unidade responsável pela gestão financeira.

Artigo 15.º - Processamento de remunerações e outros abonos a pessoal

1. Deverão acompanhar as folhas de remunerações, as guias de entrega de parte dos vencimentos ou abonos penhorados, as relações dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações ou Segurança Social e os documentos relativos a pensões de alimentos, ou outros, descontados nas mesmas folhas.
2. As respetivas folhas de remuneração devem dar entrada na unidade responsável pela gestão financeira até 3 dias úteis antes da data prevista para o pagamento de cada mês.
3. Quando se promover a admissão ou mudança de situação de trabalhadores depois de elaborada a correspondente folha, os abonos serão regularizados no processamento do mês seguinte.

4. A Unidade responsável pelos recursos humanos deve enviar mensalmente à unidade responsável pela gestão financeira a distribuição das despesas com pessoal pelos respetivos serviços.

SECÇÃO II - AUTORIZAÇÃO DA DESPESA E PAGAMENTOS

Artigo 16.º - Apoios a entidades terceiras

Os apoios a entidades terceiras, excluindo freguesias, que se traduzam na redução do preço de prestações de serviços e/ou na cedência de recursos humanos ou patrimoniais carecem de proposta fundamentada do Presidente da Câmara, Vereador ou unidade orgânica competente e de informação financeira prévia, a submeter à apreciação e votação da Câmara Municipal nos termos da alínea u) do n.º I do artigo 33.º do Anexo I do RJAL.

Artigo 17.º - Apoios às competências materiais dos órgãos das Freguesias

1. Durante o exercício de 2019, para efeitos do disposto na alínea j) do n.º I do artigo 25.º do Anexo I da RJAL, autorizam-se as seguintes formas de apoio às freguesias em reforço da sua capacidade para prossecução das respetivas competências materiais estabelecidas no artigo 16.º do mesmo diploma:
 - a) Em numerário até ao limite constante das grandes opções do plano;
 - b) Em espécie, através da disponibilização pontual de recursos humanos e patrimoniais.
2. A concessão do apoio referido no número anterior carece de pedido fundamentado da Freguesia e de informação financeira prévia da unidade responsável pela gestão financeira, que submeterá à decisão da Assembleia Municipal.

Artigo 18.º - Assunção de compromissos plurianuais

1. Para efeitos do previsto na alínea c) do n.º I do artigo 6.º e n.º 4 do artigo 16.º, ambos da LCPA e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, é concedida autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes:

- a) Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; ou
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 EUR em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos; ou
- c) Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, quando legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico de investimentos.

Artigo 19.º - Autorizações assumidas

- I. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na LCPA e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, as seguintes despesas:
 - a) Vencimentos e salários;
 - b) Subsídio familiar – crianças e jovens;
 - c) Gratificações, pensões de aposentação e outras;
 - d) Encargos de empréstimos;
 - e) Rendas;
 - f) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos seus dependentes;
 - g) Água, energia elétrica, gás;
 - h) Comunicações telefónicas e postais;
 - i) Prémios de seguros;
 - j) Quaisquer outros encargos que resultem de contratos legalmente celebrados.
2. Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades por Operações de Tesouraria.

SECÇÃO III - PROCEDIMENTOS E REGRAS ESPECIAIS PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA

Artigo 20.º - Equipamentos e soluções informáticas

1. As necessidades de *hardware* e *software* devem ser encaminhadas para unidade responsável pela gestão do parque informático, a quem cabe avaliar as solicitações apresentadas.
2. Os procedimentos de negociação ficam centralizados na unidade responsável pela gestão do parque informático, com base nos requisitos técnicos definidos.

Artigo 21.º - Seguros

1. Cabe à unidade responsável pelo aprovisionamento desenvolver todos os procedimentos relativos à contratação de seguros do Município.
2. Os serviços municipais devem encaminhar àquela unidade as necessidades de cobertura de risco com antecedência mínima de 30 dias em relação à data de início de vigência da apólice pretendida.
3. Os elementos relativos à participação de sinistros devem ser comunicados no prazo de dois dias úteis à corretora a indicar pela unidade responsável pelo aprovisionamento.
4. Sempre que das informações constantes de um processo de sinistros se conclua pela negligência ou qualquer outro facto associado à não intervenção atempada dos serviços, (por exemplo, deficiente estado de conservação, reparação ou sinalização da via pública), deverão os responsáveis máximos desses serviços instaurar processo formal de averiguações, a fim de corrigir disfuncionalidades, apurar responsabilidades e, eventualmente, ressarcir o cofre municipal dos prejuízos causados.

Artigo 22.º - Despesas de deslocação

1. A utilização de viatura própria carece sempre de autorização prévia e expressa do Presidente da Câmara, nos termos definidos no Regulamento Interno de Uso de Veículos.
2. Aquando da elaboração da requisição para deslocações que contemplem estadia, tem de ser identificado o local preciso de destino para facilitar a escolha da localização de alojamento.

3. Os trabalhadores que beneficiem de adiantamentos para ajudas de custo e deslocações ficam obrigados a apresentar a documentação justificativa das despesas realizadas dentro de 5 dias, contados da data do seu regresso ao serviço.

Artigo 23.º - Reposições ao Município

- I. As reposições ao Município de dinheiros indevidamente pagos devem obedecer aos seguintes procedimentos:
 - a) Por meio de guia ou por desconto em folhas de abonos;
 - b) Devem realizar-se no prazo máximo de 30 dias a contar da receção da respetiva comunicação.
2. A reposição em prestações mensais pode ser autorizada pelo Presidente da Câmara, em casos especiais, cujo número de prestações será fixado para cada caso, mas sem que o prazo de reembolso ou reposição possa exceder o ano económico seguinte àquele em que o despacho for proferido.
3. Em casos especiais poderá o Presidente da Câmara autorizar que o número de prestações exceda o prazo referido no número anterior, não podendo, porém, cada prestação mensal ser inferior a 5% da totalidade da quantia a repor desde que não exceda 30% do vencimento base, caso em que pode ser inferior ao limite de 5%.

Artigo 24.º - Despesas de representação

As despesas relativas a encargos de representação e aquisição de bens para oferta carecem de autorização expressa e prévia do Presidente da Câmara.

SECÇÃO IV - CELEBRAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS E PROTOCOLOS

Artigo 25.º - Responsabilidade pela elaboração e celebração de contratos

- I. Compete ao dirigente da Divisão Municipal de Administração e Desenvolvimento Social a elaboração de todos os contratos administrativos referentes a procedimentos aquisitivos.

2. Compete aos serviços da divisão municipal beneficiária dos contratos referidos no número anterior, a remessa ao Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização prévia, desses contratos, nos termos do artigo 46.º da Lei n.º 98/97, de 26 agosto, na sua redação atual.

Artigo 26.º - Contratos de cooperação e contratos interadministrativos

1. Os contratos de cooperação e contratos interadministrativos que configurem responsabilidades financeiras para o Município, deverão obter o prévio parecer da unidade responsável pela gestão financeira para efeitos de reconhecimento da respetiva despesa e/ou receita.
2. Competirá à unidade responsável pela gestão financeira proceder aos registos contabilísticos adequados à execução dos protocolos e contratos interadministrativos referidos no ponto anterior.

Artigo 27.º - Contratos de tarefa e avença

1. A celebração de contratos de prestação de serviços nas modalidades de contratos de tarefa e de avença apenas pode ter lugar desde que preenchidos os requisitos previstos no artigo 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, são inscritos na rubrica orçamental D1.I – 01.01.07 todos os contratos de tarefa e avença celebrados em nome individual.
3. Os restantes contratos que, em nome individual, têm carácter esporádico, não têm qualquer expectativa de continuidade nem de repetição, são inscritos nas rubricas orçamentais D2 das classificações económicas do agrupamento 02.

CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 28.º - Dúvidas sobre a execução do orçamento

As dúvidas que se suscitarem na execução do Orçamento e na aplicação ou interpretação das presentes normas serão resolvidas por despacho do Presidente da Câmara, sem prejuízo das competências materiais dos Órgãos do Município.

PARTE III – TERMOS DE ENCERRAMENTO

APROVAÇÃO PELA CÂMARA MUNICIPAL

Pelo exposto, as Demonstrações Previsionais para o exercício de 2019, importam tanto na receita como na despesa, no total 11.141.858,00 EUR, e foram aprovados, pela Câmara Municipal colegial, de harmonia com o disposto na alínea c), n.º I, artigo 33.º, Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, na reunião realizada em 30 de outubro de 2018, para serem presentes à Assembleia Municipal.

A Câmara Municipal

O Presidente:

Os Vereadores:

(O presente documento, contém assinaturas eletrónicas qualificadas do cartão de cidadão dos membros da Câmara Municipal, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 02 de agosto, na sua atual redação)

APROVADO PELO ÓRGÃO DELIBERATIVO

As Demonstrações Previsionais para o exercício de 2019 que antecedem, foram presentes e submetidos sob proposta, em sessão ordinária da Assembleia Municipal, que se realizou em 21 de dezembro de 2018.

A Assembleia Municipal

O Presidente:

Primeiro Secretário:

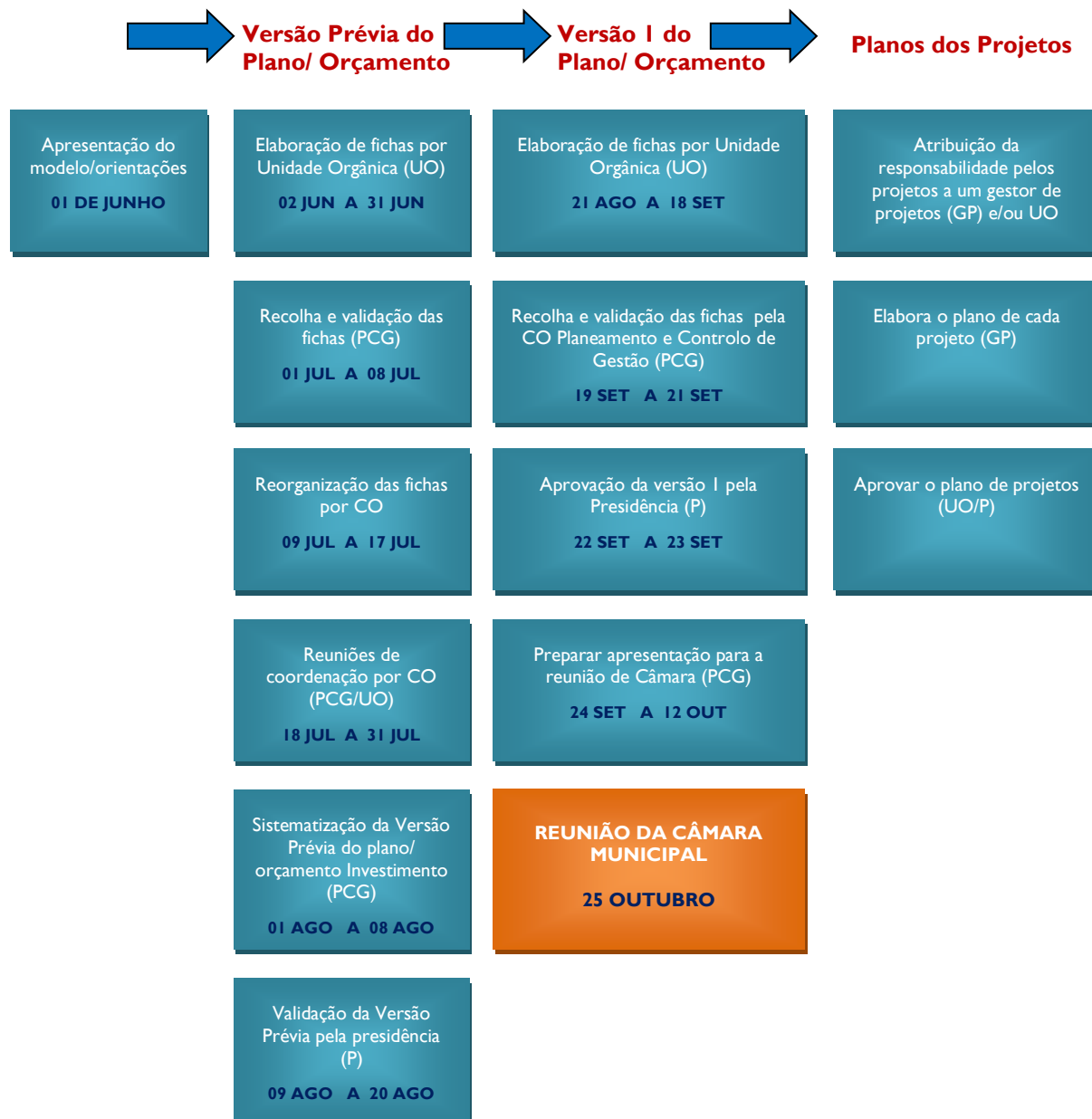
Segundo Secretário:

(O presente documento, contém assinaturas eletrônicas qualificadas do cartão de cidadão dos membros da mesa da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 02 de agosto, na sua atual redação.)

PARTE IV – LISTA DE ANEXOS

1. CALENDARIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS
2. RESUMO DO ORÇAMENTO
3. RESUMO DA RECEITA E DA DESPESA
4. ORÇAMENTO DA RECEITA
5. ORÇAMENTO DA DESPESA
6. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)
7. PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL (PAM)
8. MAPA DE EMPRÉSTIMOS

CALENDARIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2020



RESUMO DO ORÇAMENTO

ENTIDADE
MUNICÍPIO DE ARMAMAR

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2019

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	7.912.540,00	Correntes	6.998.811,00
De capital	3.229.318,00	De capital	4.143.047,00
Total	11.141.858,00	Total	11.141.858,00
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	11.141.858,00	Total Geral	11.141.858,00

ENTIDADE	RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS	APROVACOES : Executivo __/__/__ Deliberativo __/__/__
MA		

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2019

R E C E I T A S	MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES		
01 IMPOSTOS DIRECTOS	936.050,00	8.4
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	22.350,00	0.2
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	112.950,00	1.0
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	187.900,00	1.7
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.248.490,00	47.1
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.364.100,00	12.2
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	40.700,00	0.4
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	7.912.540,00	71.0
RECEITAS DE CAPITAL		
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	89.785,00	0.8
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.905.715,00	26.1
11 ACTIVOS FINANCEIROS		
12 PASSIVOS FINANCEIROS	200.000,00	1.8
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	100,00	0.0
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	3.195.600,00	28.7
OUTRAS RECEITAS		
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	33.718,00	0.3
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	33.718,00	0.3
TOTAL GERAL	11.141.858,00	100.0

D E S P E S A S	MONTANTE	%
DESPESAS CORRENTES		
01 DESPESAS COM O PESSOAL	3.708.438,00	33.3
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.951.889,00	26.5
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	93.414,00	0.8
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	72.270,00	0.6
05 SUBSÍDIOS	98.600,00	0.9
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	74.200,00	0.7
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	6.998.811,00	62.8
DESPESAS DE CAPITAL		
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	2.793.115,00	25.1
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	249.860,00	2.2
09 ACTIVOS FINANCEIROS	26.241,00	0.2
10 PASSIVOS FINANCEIROS	1.073.831,00	9.6
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	4.143.047,00	37.2
TOTAL GERAL	11.141.858,00	100.0

ENTIDADE Município de Armamar	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2019
--------------------------------------	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 1

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
	R E C E I T A S C O R R E N T E S	7.912.540,00
01	IMPOSTOS DIRECTOS	936.050,00
01.02	OUTROS	936.050,00
01.02.02	Imposto Municipal Sobre Imóveis (I.M.I.)	518.000,00
01.02.03	Imposto Único de Circulação (I.U.C)	148.000,00
01.02.04	Imposto Municipal s/Transmissões Onerosas de Imóveis.(I.M.T)	180.000,00
01.02.05	Derrama	90.000,00
01.02.07	Imposto Abolidos	50,00
01.02.07.01	Contribuição Autárquica	50,00
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	22.350,00
02.02	OUTROS	22.350,00
02.02.06	IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	22.350,00
02.02.06.01	Mercados e Feiras	7.750,00
02.02.06.02	Loteamento e Obras	5.500,00
02.02.06.03	Ocupação de Via Pública	200,00
02.02.06.05	Publicidade	200,00
02.02.06.06	Saneamento	50,00
02.02.06.07	Utilização da Rede Viária Municipal	50,00
02.02.06.99	Outros	8.600,00
02.02.06.99.01	Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)	50,00
02.02.06.99.02	Taxa de Depósito da Ficha Técnica da Habitação (TDFTH)	50,00
02.02.06.99.99	Outras	8.500,00
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	112.950,00
04.01	TAXAS	93.450,00
04.01.23	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	93.450,00
04.01.23.01	Mercados e Feiras	200,00
04.01.23.02	Loteamento e Obras	28.500,00
04.01.23.03	Ocupação de Via Pública	2.000,00
04.01.23.05	Caça, uso e porte de arma	48.000,00
04.01.23.06	Saneamento	6.750,00
04.01.23.99	OUTRAS TAXAS	8.000,00
04.01.23.99.01	Taxa de Depósito da Ficha Técnica da Habitação (TDFTH)	800,00
04.01.23.99.02	Taxa pela emissão do certificado de registo	200,00
04.01.23.99.99	Outras	7.000,00
04.02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	19.500,00
04.02.01	Juros de mora	17.000,00
04.02.02	Juros compensatórios	1.600,00
04.02.04	Coimas e Penalidades por contra-ordenações	100,00
04.02.99	Multas e penalidades diversas	800,00
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	187.900,00
05.02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	50,00
05.02.01	Bancos e Outras Instituições Financeiras	50,00
05.07	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	2.650,00
05.07.01	Empresas públicas	50,00
05.07.02	Empresas Públicas municipais e intermunicipais	50,00
05.07.03	Empresa privadas	50,00
05.07.99	Outras	2.500,00
05.10	RENDAS	185.200,00
05.10.01	Terrenos	185.000,00
05.10.03	Habitações	50,00
05.10.04	Edifícios	50,00
05.10.05	Bens do Domínio Público	50,00
05.10.99	Outros	50,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.248.490,00
06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	5.236.640,00
06.03.01	ESTADO	5.020.040,00
06.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	4.051.655,00
06.03.01.02	Fudo Social Municipal	205.985,00

ENTIDADE Município de Armamar	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2019
--------------------------------------	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 2

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
06.03.01.99	Outras	762.400,00
06.03.01.99.01	Pessoal N/docente do Ensino Pré-Escolar	87.700,00
06.03.01.99.02	Pessoal N/docente do 1ºciclo do Ensino básico	130.700,00
06.03.01.99.03	Pessoal N/docente do 2º e 3ºciclo do Ensino básico	360.000,00
06.03.01.99.04	Pessoal N/docente s/Funções letivas	50.000,00
06.03.01.99.05	Acordo de cooperação pré-escolar	34.000,00
06.03.01.99.06	Situações especiais do 2º e 3º ciclos	15.000,00
06.03.01.99.07	Atividades de enriquecimento curricular do 1º ciclo	33.000,00
06.03.01.99.09	Componente social	30.000,00
06.03.01.99.99	Outras	22.000,00
06.03.06	Estado-Participação Comunitária em Proj.Co-Financiados	119.500,00
06.03.06.04	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE)	16.900,00
06.03.06.05	Programa Operacional Regional do Norte (NORTE 2020) - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional(FEDER)	102.600,00
06.03.07	Serviços e Fundos Autónomos	28.500,00
06.03.09	Serviços e Fundos Autónomos - Subsistema Proteção à Família e Polít.Ativas Emp.e Formação Profissional	68.600,00
06.03.09.01	Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)	68.600,00
06.06	SEGURANÇA SOCIAL	11.850,00
06.06.01	Sistema de Solidariedade e Segurança Social	11.850,00
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.364.100,00
07.01	VENDA DE BENS	409.400,00
07.01.03	Publicações e Impressos	100,00
07.01.04	Fardamentos e Artigos Pessoais	50,00
07.01.05	Bens Inutilizados	50,00
07.01.06	Produtos Agrícolas e pecuários	50,00
07.01.08	MERCADORIAS	408.800,00
07.01.08.02	Água	408.000,00
07.01.08.99	Outros	800,00
07.01.09	Matérias de consumo	50,00
07.01.10	Desperdícios, resíduos e refugos	100,00
07.01.10.01	Sucata	50,00
07.01.10.99	Outros	50,00
07.01.11	Produtos acabados e intermédios	150,00
07.01.11.01	Inertes	50,00
07.01.11.02	Água	50,00
07.01.11.99	Outros	50,00
07.01.99	Outros	50,00
07.02	SERVIÇOS	594.950,00
07.02.01	Aluguer de Espaços e Equipamentos	45.500,00
07.02.03	Vistorias e ensaios	50,00
07.02.07	Alimentação e alojamento	50,00
07.02.08	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DE DESPORTO	48.250,00
07.02.08.01	Serviços Sociais	50,00
07.02.08.02	Serviços Recreativos	100,00
07.02.08.02.01	Turismo Sénior	50,00
07.02.08.02.99	Outros	50,00
07.02.08.03	Serviços Culturais	100,00
07.02.08.03.01	Turismo Sénior	50,00
07.02.08.03.99	Outros	50,00
07.02.08.04	Serviços desportivos	48.000,00
07.02.09	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	500.550,00
07.02.09.01	Saneamento e águas residuais	165.000,00
07.02.09.02	Resíduos Sólidos	271.500,00
07.02.09.03	Transportes Colectivos de Pessoas e Mercadorias	5.050,00
07.02.09.03.02	Transportes Escolares	5.000,00
07.02.09.03.99	Outros	50,00
07.02.09.04	Trabalhos por Conta de Particulares	2.500,00
07.02.09.05	Cemitérios	2.500,00

ENTIDADE Município de Armamar	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2019
----------------------------------	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 3

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
07.02.09.06	Mercados e Feiras	12.000,00
07.02.09.99	Outros Serviços específicos das autarquias	42.000,00
07.02.99	Outros Serviços	550,00
07.03	RENDAS	359.750,00
07.03.01	Habitações	1.550,00
07.03.02	Edifícios	10.700,00
07.03.99	Outras	347.500,00
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	40.700,00
08.01	OUTRAS	40.700,00
08.01.99	OUTRAS	40.700,00
08.01.99.01	Indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais	50,00
08.01.99.02	Indemniz.estracos provocados por outrém viaturas ou outros equipamentos das autarquias	50,00
08.01.99.03	IVA Reembolsado	8.750,00
08.01.99.99	DIVERSAS	31.850,00
08.01.99.99.02	Emolumentos de Custas de Execuções Fiscais	3.750,00
08.01.99.99.99	Receitas Correntes Diversas	28.100,00
	R E C E I T A S D E C A P I T A L	3.195.600,00
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	89.785,00
09.01	TERRENOS	57.675,00
09.01.01	Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras	32.670,00
09.01.02	Sociedades Financeiras	50,00
09.01.09	Instituições S/Fins Lucrativos	50,00
09.01.10	Famílias	24.905,00
09.02	HABITAÇÕES	50,00
09.02.10	Famílias	50,00
09.03	EDIFÍCIOS	23.510,00
09.03.01	Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras	23.360,00
09.03.02	Sociedades Financeiras	50,00
09.03.09	Instituições S/Fins Lucrativos	50,00
09.03.10	Famílias	50,00
09.04	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	8.550,00
09.04.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	8.100,00
09.04.01.01	Equipamento de Transporte	3.550,00
09.04.01.02	Maquinaria e Equipamento	1.850,00
09.04.01.03	Outros	2.700,00
09.04.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	150,00
09.04.02.01	Equipamento de Transporte	50,00
09.04.02.02	Maquinaria e Equipamento	50,00
09.04.02.03	Outros	50,00
09.04.09	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	150,00
09.04.09.01	Equipamento de Transporte	50,00
09.04.09.02	Maquinaria e Equipamento	50,00
09.04.09.03	Outros	50,00
09.04.10	FAMILIAS	150,00
09.04.10.01	Equipamento de Transporte	50,00
09.04.10.02	Maquinaria e Equipamento	50,00
09.04.10.03	Outros	50,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.905.715,00
10.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	305.665,00
10.01.01	PÚBLICAS	100,00
10.01.01.01	Empresas Publicas(EP)	100,00
10.01.02	Privadas	305.565,00
10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	2.600.050,00
10.03.01	ESTADO	813.575,00
10.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro(FEF)	450.185,00
10.03.01.04	Cooperação Técnica e Financeira	20.000,00
10.03.01.04.01	Ministério de Educação	20.000,00
10.03.01.05	Estado - Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º73/2013	343.390,00

ENTIDADE	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2019
Município de Armamar		

CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	M O N T A N T E
10.03.07	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	1.786.475,00
10.03.07.02	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional(FEDER)	958.945,00
10.03.07.04	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR)	827.430,00
10.03.07.05	Programa Regional de Desenvolvimento Rural (PDR)	50,00
10.03.07.09	Outros	50,00
12	PASSIVOS FINANCEIROS	200.000,00
12.05	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	200.000,00
12.05.02	Sociedades Financeiras	200.000,00
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	100,00
13.01	OUTRAS	100,00
13.01.01	Indemnizações	100,00
	O U T R A S R E C E I T A S	33.718,00
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	33.718,00
15.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	33.718,00
15.01.01	Reposições não abatidas nos pagamentos	33.718,00
TOTAL DAS RECEITAS		11.141.858,00

Em ____ de _____ de ____

Em ____ de _____ de ____

ENTIDADE Município de Armamar	ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2019
--------------------------------------	---	----------------------------------

PÁGINA : 1

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
	D E S P E S A S C O R R E N T E S	6.998.811,00
01	DESPESAS COM O PESSOAL	3.708.438,00
01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	3.015.253,00
01.01.01	Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	90.480,00
01.01.04	Pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado	2.165.003,00
01.01.04.01	Pessoal em funções	2.104.974,00
01.01.04.02	Alterações Obrigatórias de posicionamento remuneratório	45.029,00
01.01.04.04	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	15.000,00
01.01.06	Pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas a termo resolutivo	7.670,00
01.01.06.01	Pessoal em funções	7.665,00
01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	5,00
01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	86.900,00
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	2.000,00
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	58.190,00
01.01.11	Representação	25.640,00
01.01.13	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	228.200,00
01.01.13.01	Pessoal em funções	214.170,00
01.01.13.02	Pessoal em qualquer outra situação	10.400,00
01.01.13.03	Membros dos órgãos autárquicos	3.630,00
01.01.14	SUBSIDIO DE FÉRIAS E DE NATAL	334.170,00
01.01.14.01	Pessoal em funções	297.905,00
01.01.14.02	Pessoal em qualquer outra situação	36.265,00
01.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	17.000,00
01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	41.870,00
01.02.02	Horas extraordinárias	22.000,00
01.02.03	Alimentação e alojamento	150,00
01.02.04	Ajudas de custo	8.460,00
01.02.05	Abono para falhas	5.190,00
01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	470,00
01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	5.600,00
01.02.13.01	Prémios de Desempenho	500,00
01.02.13.02	Outros	500,00
01.02.13.03	Senhas de presença	4.600,00
01.03	SEGURANÇA SOCIAL	651.315,00
01.03.01	Encargos com a saúde	20.000,00
01.03.02	Outros encargos com a saúde	27.000,00
01.03.03	Subsidio familiar a crianças e jovens	1.380,00
01.03.04	Outras prestações familiares	2.880,00
01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	546.055,00
01.03.05.01	Assistência na doença dos funcionários públicos ADSE	100,00
01.03.05.02	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	544.385,00
01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	304.295,00
01.03.05.02.02	Segurança Social - Regime Geral	240.090,00
01.03.05.03	Outros	1.570,00
01.03.05.03.01	Serviços de Assistencia Medico-Social (SAMS)	420,00
01.03.05.03.03	Segurança Social - Entidades Contratantes trabalhadores independentes	1.150,00
01.03.09	SEGUROS	54.000,00
01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	54.000,00
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.951.889,00
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	905.305,00
02.01.01	Matérias primas e subsdiárias	16.750,00
02.01.02	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	98.510,00
02.01.02.01	Gasolina	10,00
02.01.02.02	Gasóleo	93.000,00
02.01.02.99	Outros	5.500,00

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
02.01.03	Munições,explosivos e artificios	10,00
02.01.04	Limpeza e higiene	15.000,00
02.01.05	Alimentação - Refeições confeccionadas	59.600,00
02.01.06	Alimentação - Géneros para confeccionar	10,00
02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	15,00
02.01.08	Material de escritório	6.200,00
02.01.09	Produtos químicos e farmacêuticos	14.900,00
02.01.12	Material de transporte - Peças	18.100,00
02.01.14	Outro material - Peças	1.125,00
02.01.15	Prémios,condecorações e ofertas	5.050,00
02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA	452.845,00
02.01.16.01	Água	451.145,00
02.01.16.03	Outros	1.700,00
02.01.17	Ferramentas e utensílios	150,00
02.01.18	Livros e documentação técnica	1.500,00
02.01.19	Artigos honoríficos e de decoração	500,00
02.01.20	Material de educação, cultura e recreio	8.740,00
02.01.21	Outros bens	206.300,00
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	2.046.584,00
02.02.01	Encargos de instalações	420.000,00
02.02.02	Limpeza e higiene	280.000,00
02.02.03	Conservação de bens	45.000,00
02.02.04	Locação de edificios	300.110,00
02.02.05	Locação de material de informática	21.000,00
02.02.06	Locação de material de transporte	17.645,00
02.02.08	Locação de outros bens	22.000,00
02.02.09	Comunicações	47.000,00
02.02.10	Transportes	169.320,00
02.02.11	Representação dos serviços	10,00
02.02.12	Seguros	50.000,00
02.02.13	Deslocações e estadas	10.600,00
02.02.14	Estudos,pareceres,projectos e consultadoria	9.290,00
02.02.15	Formação	68.130,00
02.02.16	Seminários,exposições e similares	19.970,00
02.02.17	Publicidade	15.700,00
02.02.18	Vigilância e segurança	8.500,00
02.02.19	Assistência técnica	5.000,00
02.02.20	Outros trabalhos especializados	307.509,00
02.02.22	Serviços de saúde	500,00
02.02.24	Encargos de cobrança de receitas	20.000,00
02.02.25	Outros serviços	209.300,00
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	93.414,00
03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	38.414,00
03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	24.685,00
03.01.03.01	Empréstimos de Curto Prazo	1.800,00
03.01.03.02	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO	22.885,00
03.01.05	Administração Pública Central	13.729,00
03.01.05.02	Empréstimos de Médio e Longo Prazos	13.729,00
03.01.05.02.02	Programa de Apoio a Economia Local (PAEL)	13.729,00
03.02	OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA	29.000,00
03.02.01	DESPESAS DIVERSAS	29.000,00
03.02.01.01	Comissões bancárias com manutenção de contas, contratos de empréstimos, factoring e cedências de créditos	29.000,00
03.03	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA	100,00
03.03.05	Material de transporte	100,00
03.05	OUTROS JUROS	19.900,00
03.05.02	Outros	19.900,00
03.05.02.02	Juros de mora	15.000,00
03.05.02.03	Juros de contratos de factoring/cedência de créditos	4.900,00
03.06	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	6.000,00
03.06.01	Outros encargos financeiros	6.000,00
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	72.270,00
04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	50,00

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
04.05.01	CONTINENTE	50,00
04.05.01.04	Associação de municípios	50,00
04.06	SEGURANÇA SOCIAL	50,00
04.06.01	Sistemas de solidariedade e segurança social	50,00
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	12.000,00
04.07.01	Instituições sem fins lucrativos	12.000,00
04.08	FAMÍLIAS	60.170,00
04.08.02	Outras	60.170,00
04.08.02.01	Programas ocupacionais	60.170,00
05	SUBSÍDIOS	98.600,00
05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	90.600,00
05.01.03	Privadas	90.600,00
05.08	FAMÍLIAS	8.000,00
05.08.03	Outras	8.000,00
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	74.200,00
06.02	DIVERSAS	74.200,00
06.02.01	Impostos e taxas	20.000,00
06.02.03	OUTRAS	54.200,00
06.02.03.01	Outras Restituições	200,00
06.02.03.05	Outras	54.000,00
	D E S P E S A S D E C A P I T A L	4.143.047,00
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	2.793.115,00
07.01	INVESTIMENTOS	792.985,00
07.01.01	Terrenos	1.000,00
07.01.02	HABITAÇÕES	4.450,00
07.01.02.03	Reparação e Beneficiação	4.450,00
07.01.03	EDIFÍCIOS	460.100,00
07.01.03.01	Instalações de serviços	419.600,00
07.01.03.04	Creches	500,00
07.01.03.05	Escolas	40.000,00
07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	84.100,00
07.01.04.05	Parques e Jardins	50.000,00
07.01.04.06	Instalações desportivas e recreativas	20.500,00
07.01.04.13	Outras Construções	13.600,00
07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTES	15.000,00
07.01.06.02	Outros	15.000,00
07.01.07	Equipamento de Informática	86.505,00
07.01.08	Software Informático	39.700,00
07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO	83.030,00
07.01.10.02	Outros	83.030,00
07.01.11	Ferramentas e Utensílios	12.500,00
07.01.13	Investimentos Incorpóreos	1.000,00
07.01.15	Outros Investimentos	5.600,00
07.02	LOCAÇÃO FINANCEIRA	54.120,00
07.02.05	Material de transporte	54.120,00
07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	1.946.010,00
07.03.03	Outras construções e infraestruturas	1.946.010,00
07.03.03.01	Viadutos, Arruamentos E Obras Complementares	647.105,00
07.03.03.02	Sistema de Drenagem de Águas Residuais	6.150,00
07.03.03.03	Estações de Tratamento de Águas Residuais	950.660,00
07.03.03.05	Parques e Jardins	180.000,00
07.03.03.08	Viação Rural	1.000,00
07.03.03.13	Outros	161.095,00
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	249.860,00
08.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	550,00
08.03.06	Serviços e fundos autónomos	550,00
08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	120.000,00
08.05.01	CONTINENTE	120.000,00
08.05.01.02	Freguesias	120.000,00
08.06	SEGURANÇA SOCIAL	32.010,00
08.06.01	Sistemas de solidariedade e segurança social	32.010,00
08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	97.300,00
08.07.01	Instituições sem fins lucrativos	97.300,00

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç ã O	MONTANTE
09	ACTIVOS FINANCEIROS	26.241,00
09.08	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	26.241,00
09.08.02	Sociedades e quase sociedades não financeiras-Públicas	26.241,00
10	PASSIVOS FINANCEIROS	1.073.831,00
10.05	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	350.000,00
10.05.03	Sociedades financeiras-Bancos e outras instituições financeiras	350.000,00
10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	723.831,00
10.06.03	Sociedades financeiras-Bancos e outras instituições financeiras	652.475,00
10.06.05	Administração Pública Central-Estado	71.356,00
10.06.05.02	Programa de Apoio á Economia Local (PAEL)	71.356,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS		11.141.858,00

Em ____ de _____ de ____

Em ____ de _____ de ____

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FUNTE DE FINANCIAMENTO			RESPON-SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
							AC	AA	PC							ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUINTE			OUTROS	
														PAGAM. ATÉ 1-OUT-2018	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2020	2021	2022		
1.					FUNÇÕES GERAIS									97.654,78	11.698,00	255.220,00	255.220,00		20.000,00	5.000,00			389.572,78
1.1.					SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA									97.654,78	11.698,00	255.220,00	255.220,00		20.000,00	5.000,00			389.572,78
1.1.1.					ADMINISTRAÇÃO GERAL									97.654,78	11.698,00	255.220,00	255.220,00		20.000,00	5.000,00			389.572,78
1.1.1.		02	2013	2	RENOVAÇÃO DA FROTA DE TRANSPORTES DO MUNICÍPIO	OUTRA		100.0		EXE	2013/01/01	2021/03/31	4			54.220,00							54.220,00
1.1.1.	0103/030305	02	2013	2														100,00					
1.1.1.	0103/070205	02	2013	2														54.120,00					
1.1.1.	0104/07010602	07	2015	8	GRANDES REPARAÇÕES DE VIATURAS	OUTRA		100.0		DCGA	2015/01/01	2019/12/31	4	4.549,75	11.698,00	15.000,00	15.000,00						31.247,75
1.1.1.		08	2015	9	AQUIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	OUTRA		100.0		DCGA	2015/01/01	2020/12/31	4	9.342,19		72.500,00		15.000,00					96.842,19
1.1.1.	0104/07011002	08	2015	9														55.000,00					
1.1.1.	0104/070111	08	2015	9														12.500,00					
1.1.1.	0104/070115	08	2015	9														5.000,00					
1.1.1.		01	2017	10	INVESTIMENTO EM TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - MODERNIZAÇÃO	OUTRA					2017/01/02	2021/12/31		16.657,26		25.000,00		5.000,00	5.000,00				51.657,26
1.1.1.	0103/070107	01	2017	10														12.500,00					
1.1.1.	0103/070108	01	2017	10														12.500,00					
1.1.1.		01	2018	4	PROMOÇÃO DAS TIC NA ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARAMAR	OUTRA		15.0	85.0		2018/01/02	2019/12/31		67.105,58		88.500,00							155.605,58
1.1.1.	0103/020220	01	2018	4														6.150,00					
1.1.1.	0103/070107	01	2018	4														56.000,00					
1.1.1.	0103/070108	01	2018	4														26.350,00					
2.					FUNÇÕES SOCIAIS									170.772,98	68.237,78	1.961.500,00	1.961.500,00		1.191.635,00	2.500,00	2.500,00		3.397.145,76
2.1.					EDUCAÇÃO													186.565,00		48.590,00			235.155,00
2.1.1.					ENSINO NÃO SUPERIOR													186.565,00		48.590,00			235.155,00
2.1.1.		01	2018	5	COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR-CONSTRUIR SUCESSO ARAMAR-CLUBE DE CIÊNCIAS	OUTRA		15.0	85.0	EXE	2018/01/02	2020/07/31				33.250,00		8.230,00					41.480,00
2.1.1.	0103/020215	01	2018	5															11.215,00				
2.1.1.	0103/020220	01	2018	5														4.495,00					
2.1.1.	0103/07011002	01	2018	5														17.540,00					
2.1.1.		02	2018	6	COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR-CONSTRUIR SUCESSO ARAMAR-CLUBE DE LÍNGUAS	OUTRA		15.0	85.0	EXE	2018/01/02	2020/07/31				25.765,00		6.980,00					32.745,00
2.1.1.	0103/020215	02	2018	6														15.535,00					
2.1.1.	0103/07011002	02	2018	6														10.240,00					
2.1.1.	0103/020216	03	2018	7	COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR-CONSTRUIR SUCESSO ARAMAR-CLUBE DE LITERATURA	OUTRA		15.0	85.0		2018/01/02	2020/07/31				14.950,00		4.985,00					19.935,00
2.1.1.	0103/020216	04	2018	8	COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR-CONSTRUIR SUCESSO ARAMAR-CLUBE DE HISTÓRIA	OUTRA		15.0	85.0		2018/01/02	2020/07/31				5.020,00		1.360,00					6.380,00
2.1.1.		05	2018	9	COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR-CONSTRUIR SUCESSO ARAMAR-CLUBE DE ROBOTICA	OUTRA		15.0	85.0		2018/01/02	2020/07/31				25.390,00		8.465,00					33.855,00
2.1.1.	0103/020215	05	2018	9														9.390,00					
2.1.1.	0103/020220	05	2018	9														16.000,00					
A TRANSPORTAR ...														97.654,78	11.698,00	359.595,00	359.595,00		50.020,00	5.000,00			523.967,78

ENTIDADE				PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2019	
Município de Aramar															

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
							AC	AA	FC							ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)	ANOS SEQUINTE			OUTROS			
											PAGAM. ATÉ 1-OUT-2018	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ		TOTAL	DEFINIDO		NÃO DEFINIDO	2020	2021		2022		
A TRANSPORTAR ...													97.654,78	11.698,00	359.595,00	359.595,00		50.020,00	5.000,00		523.967,78		
2.1.1.	0103/020215	06	2018	10	COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR-CONSTRUIR SUCESSO ARMAR-CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES	OUTRA		15.0	85.0		2018/01/02	2020/07/31				25.000,00	25.000,00		7.680,00			32.680,00	
2.1.1.	0103/020220	07	2018	11	COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR-CONSTRUIR SUCESSO ARMAR-PLATAFORMA "+SUCESSO ESCOLAR"	OUTRA		15.0	85.0		2018/01/02	2020/07/31				33.180,00	33.180,00		8.890,00			42.170,00	
2.1.1.	0103/020217	08	2018	12	COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR-CONSTRUIR SUCESSO ARMAR-PUBLICAÇÕES/DIVULGA ÇÕES	OUTRA		15.0	85.0		2018/01/02	2020/07/31				7.005,00	7.005,00		1.900,00			8.905,00	
2.1.1.	0103/070107	09	2018	13	COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR-CONSTRUIR SUCESSO ARMAR-EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	OUTRA		15.0	85.0		2018/01/02	2020/07/31				16.005,00	16.005,00					16.005,00	
2.1.1.		06	2019	6	REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DO PRÉ-ESCOLAR E ZONA ENVOLVENTE	EMPREITADA	60.0	40.0		DADS	2019/01/02	2019/12/31	0			1.000,00						1.000,00	
2.1.1.	0103/07010304	06	2019	6													500,00						
2.1.1.	0103/07010406	06	2019	6													500,00						
2.3.					SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAIS											5.000,00	5.000,00					5.000,00	
2.3.2.					AÇÃO SOCIAL											5.000,00	5.000,00					5.000,00	
2.3.2.		02	2016	3	EQUIPAMENTO PARA GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL		100.0				2016/01/02	2019/12/31				5.000,00						5.000,00	
2.3.2.	0103/020203	02	2016	3													3.500,00						
2.3.2.	0103/070107	02	2016	3													1.500,00						
2.4.					HABITAÇÃO E SERVIÇOS AUXILIARES									170.772,98	68.237,78	1.734.835,00	1.734.835,00		1.143.045,00	2.500,00	2.500,00	3.121.890,76	
2.4.2.					ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO									170.772,98	68.237,78	769.835,00	769.835,00					1.008.845,76	
2.4.2.	0102/070101	09	2015	10	AQUISIÇÃO DE TERRENOS	OUTRA	100.0			EXE	2015/01/01	2019/12/31	9			1.000,00	1.000,00					1.000,00	
2.4.2.	0104/07030301	02	2017	7	VALORIZAÇÃO DE MODOS SUAVES (BICICLETA E PEDONAL) NAS DESLOCAÇÕES DE PROXIMIDADE	EMPREITADA		15.0	85.0		2017/01/02	2020/12/31	0			1.000,00	1.000,00					1.000,00	
2.4.2.	0104/07030305	03	2017	17	REGENERAÇÃO URBANA-REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM "IMBULADO CORAÇÃO DE MARIA"	EMPREITADA		15.0	85.0		2017/01/02	2019/12/31	0			90.000,00	90.000,00					90.000,00	
2.4.2.	0104/07030301	04	2017	18	REGENERAÇÃO URBANA-REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO "PRAÇA 25 DE ABRIL"	EMPREITADA		15.0	85.0		2017/01/02	2020/12/31	0	6.150,00	6.150,00	276.620,00	276.620,00					288.920,00	
2.4.2.	0104/07030301	05	2017	19	REGENERAÇÃO URBANA-REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO "RUA DO OUTEIRO"	EMPREITADA		15.0	85.0		2017/01/02	2019/12/31	0	6.150,00	6.150,00	140.000,00	140.000,00					152.300,00	
2.4.2.	0104/07030305	06	2017	20	REGENERAÇÃO URBANA-REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA MISARELA	EMPREITADA		15.0	85.0		2017/01/02	2019/12/31	0	6.150,00	6.150,00	90.000,00	90.000,00					102.300,00	
2.4.2.	0104/07030301	09	2017	24	REQUALIFICAÇÃO URBANA- OBRAS DIVERSAS	EMPREITADA		100.0			2017/01/02	2020/12/31	4	102.535,20		50.000,00	50.000,00					152.535,20	
A TRANSPORTAR ...													218.639,98	30.148,00	1.095.405,00	1.095.405,00		68.590,00	5.000,00		1.417.782,98		

ENTIDADE				PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2019	
Município de Aramar															

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO			FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PROVISÃO)							TOTAL PREVISTO
						AC	AA	FC					PAGAM. ATÉ 1-OUT-2018	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				
										TOTAL	DEFINIDO				NÃO DEFINIDO	2020	2021	2022				
A TRANSPORTAR ...													218.639,98	30.148,00	1.095.405,00	1.095.405,00		68.590,00	5.000,00			1.417.782,98
2.4.2.	0104/07030301	01	2018	15	CAÇOTAMENTO DE VÁRIOS ARRUAMENTOS DO CONCELHO DE ARMAMAR-SANTA CRUZ, ALDEIAS, CIMBRES, S. JOAQUINO, CONTIN E S.MARTINHOS DAS CHÁS	EMPREITADA	100.0		DEGA	2018/05/01	2019/12/31		49.787,78	49.787,78	56.215,00	56.215,00					155.790,56	
2.4.2.	0104/07010405	03	2018	20	REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE INFANTIL DE ARMAMAR (CENTRO CÍVICO)	EMPREITADA				2018/07/01	2019/12/31				25.000,00	25.000,00					25.000,00	
2.4.2.	0104/07010405	04	2018	21	REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE INFANTIL DE ALDEIAS	EMPREITADA				2018/07/01	2019/12/31				25.000,00	25.000,00					25.000,00	
2.4.2.	0104/07030301	01	2019	1	BENEFICIAÇÃO ZONA ENVOLVENTE E RECUPERAÇÃO DA FONTE DO SOITO EM S.ROMÃO	OUTRA			DEGA	2019/01/02	2019/12/31				15.000,00	15.000,00					15.000,00	
2.4.3.					SANAMENTO										7.150,00	7.150,00		2.500,00	2.500,00	2.500,00	14.650,00	
2.4.3.	0104/07030302	03	2015	3	RAMAIS	ADM. DIR.	100.0		DEGA	2015/01/01	2018/12/31	3			6.150,00	6.150,00					6.150,00	
2.4.3.		01	2016	1	ELABORAÇÃO DE CADASTRO DAS INFRAESTRUTURAS EXISTENTES NOS SISTEMAS EM BAIXA	OUTRA	15.0	85.0	DEGA	2016/01/02	2022/12/31	0			1.000,00			2.500,00	2.500,00	2.500,00	8.500,00	
2.4.3.	0104/070108	01	2016	1												250,00						
2.4.3.	0104/07011002	01	2016	1												250,00						
2.4.3.	0104/070113	01	2016	1												500,00						
2.4.5.					RESIDUOS SÓLIDOS										957.850,00	957.850,00		1.140.545,00			2.098.395,00	
2.4.5.		01	2017	2	SISTEMA DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO MUNICÍPIO DE ARMAMAR- POLGUISA	EMPREITADA	15.0	85.0		2017/01/02	2020/12/31	0			129.600,00			115.110,00			244.710,00	
2.4.5.	0104/020214	01	2017	2													100,00					
2.4.5.	0104/07030303	01	2017	2												129.500,00						
2.4.5.		02	2017	3	SISTEMA DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO MUNICÍPIO DE ARMAMAR- LAPINHA	EMPREITADA	15.0	85.0		2017/01/02	2020/12/31	0			6.790,00						6.790,00	
2.4.5.	0104/020214	02	2017	3												5.790,00						
2.4.5.	0104/07030303	02	2017	3												1.000,00						
2.4.5.		03	2017	4	SISTEMA DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO MUNICÍPIO DE ARMAMAR- VACELAR	EMPREITADA	15.0	85.0		2017/01/02	2020/12/31	0			471.530,00			281.050,00			752.580,00	
2.4.5.	0104/020214	03	2017	4													100,00					
2.4.5.	0104/07030303	03	2017	4												471.430,00						
2.4.5.		04	2017	5	IMPLEMENTAÇÃO DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NO MUNICÍPIO DE ARMAMAR - SISTEMA DE BALTEIRO	EMPREITADA	15.0	85.0		2017/01/02	2020/12/31	0			2.000,00			440.195,00			442.195,00	
2.4.5.	0104/020214	04	2017	5													1.000,00					
2.4.5.	0104/07030303	04	2017	5												1.000,00						
2.4.5.		05	2017	6	IMPLEMENTAÇÃO DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NO MUNICÍPIO DE ARMAMAR - SISTEMA DE ARMAMAR	EMPREITADA	15.0	85.0		2017/01/02	2020/12/31	1			263.730,00			304.190,00			567.920,00	
A TRANSPORTAR ...													268.427,76	79.935,78	2.097.420,00	1.833.690,00		1.211.635,00	7.500,00	2.500,00		3.667.418,54

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PROVISÃO)							TOTAL PREVISTO	
							AC	AA	FC					PAGAM. RITÉ 1-OUT-2018	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUINTES					OUTROS
											TOTAL	DEFINIDO				NÃO DEFINIDO	2020	2021	2022					
A TRANSPORTAR ...														268.427,76	79.935,78	2.097.420,00	1.833.690,00		1.211.635,00	7.500,00	2.500,00		3.667.418,54	
2.4.5.	0104/020214	05	2017	6	SISTEMA DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO MUNICÍPIO DE ARAMAR- CIMBRÉS	EMPREITADA		15.0	85.0	DEGA	2018/01/02	2020/12/31	0					100,00						
2.4.5.	0104/07030303	05	2017	6														263.630,00						
2.4.5.		01	2018	1														84.200,00						84.200,00
2.4.5.	0104/020214	01	2018	1	SERVIÇOS CULTURAIS,RECREATIVOS E RELIGIOSOS	EMPREITADA												100,00						
2.4.5.	0104/07030303	01	2018	1														84.100,00						
2.5.																		35.100,00						35.100,00
2.5.1.					CULTURA													14.100,00	14.100,00				14.100,00	
2.5.1.	0104/07010413	03	2017	30	AQUISIÇÃO DE COBERTURA METÁLICA DO PALCO FIXO NA ZONA DE LAZER DE ALDEIAS	OUTRA		100.0			2017/01/02	2019/12/31					13.100,00	13.100,00					13.100,00	
2.5.1.	0104/020214	03	2019	2	AUDITÓRIO MUNICIPAL	EMPREITADA				EXE	2019/01/02	2019/12/31					1.000,00	1.000,00					1.000,00	
2.5.2.					DESPORTO, RECREIO E LAZER													21.000,00	21.000,00				21.000,00	
2.5.2.	0104/07010406	01	2018	22	CIRCUITO DE MANUTENÇÃO SÊNIORE EM ARAMAR	EMPREITADA					2018/01/02	2019/12/31					20.000,00	20.000,00					20.000,00	
2.5.2.	0104/020214	01	2019	3	PAVILÃO DESPORTIVO MUNICIPAL	EMPREITADA				EXE	2019/01/02	2019/12/31					1.000,00	1.000,00					1.000,00	
3.					FUNÇÕES ECONÓMICAS												182.289,89	689.965,00	689.965,00		2.829.304,00	2.829.304,00		6.530.862,89
3.3.					TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES												182.289,89	194.270,00	194.270,00		60,00	60,00		376.679,89
3.3.1.					TRANSPORTES RODOVIÁRIOS												182.289,89	109.270,00	109.270,00		60,00	60,00		291.679,89
3.3.1.	0104/07030301	04	2015	4	PAVIMENTAÇÃO	OUTRA		100.0		DEGA	2015/01/01	2019/12/31	4				159.948,60	5.100,00	5.100,00					164.948,60
3.3.1.	0104/07030301	06	2015	7	MURIS DE SUPORTE	EMPREITADA		100.0		DEGA	2015/01/01	2019/12/31	4				22.441,29	30.000,00	30.000,00					52.441,29
3.3.1.	0104/07030308	06	2016	6	RECUPERAÇÃO/RECONSTRUÇÃO DA R.M. 1100 LOCALIZADA NA UNÇÃO DE FREIXUSIAS DE VILA SOCA E SANTO ADRIÃO	EMPREITADA	8.2	91.8		DEGA	2016/07/01	2018/12/31	0				1.000,00	1.000,00					1.000,00	
3.3.1.	0104/07030301	01	2018	2	CRIAÇÃO DE PERCURSOS PEDONAIS NO CONCELHO DE ARAMAR	ADM. DIR.					DEGA	2018/01/02	2021/12/31				500,00	500,00		10,00	10,00		520,00	
3.3.1.	0104/07030301	02	2018	3	CRIAÇÃO DE INTERFACE NA VILA DE ARAMAR	EMPREITADA					DEGA	2018/01/02	2021/12/31				500,00	500,00		50,00	50,00		600,00	
3.3.1.	0104/07030301	04	2018	18	REVISÃO DE PREÇOS-PAVIMENTAÇÃO R.M.-520 - ZONA IND./CIMBRÉS-COVAIS BAIXO/LIG. STA CRUZ E ARÇÉRA	EMPREITADA		100.0		DEGA	2018/07/01	2019/12/31					52.170,00	52.170,00					52.170,00	
3.3.1.	0104/07030301	01	2018	19	REQUALIFICAÇÃO DA PONTE ANTIGA DE SANTO ADRIÃO	EMPREITADA					DEGA	2018/07/01	2019/12/31				20.000,00	20.000,00					20.000,00	
3.3.3.					TRANSPORTES FLUVIAIS													85.000,00	85.000,00					85.000,00
3.3.3.	0104/07030313	01	2017	25	REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENVOLVENTE AO CAIS FLUVIAL DA FOLGOSA DO DOURO	EMPREITADA			100.0		2017/01/02	2020/12/31					85.000,00	85.000,00					85.000,00	
3.4.					COMERCIO E TURISMO													459.500,00	459.500,00					459.500,00
3.4.2.					TURISMO													459.500,00	459.500,00					459.500,00
3.4.2.	0104/07030313	02	2017	23	REQUALIFICAÇÃO DA RIBEIRA DE GOUJOIM - PRAIA FLUVIAL	OUTRA					2017/01/02	2019/12/31	0				40.000,00	40.000,00					40.000,00	
3.4.2.		04	2019	4	VALORIZAR CULTURA, PATRIMÓNIO E RECURSOS DE ARAMAR	OUTRA		10.0	90.0	DADS	2019/01/02	2019/12/31	0				3.000,00						3.000,00	
A TRANSPORTAR ...														450.717,65	79.935,78	2.453.990,00	2.450.890,00		1.211.695,00	7.560,00	2.500,00		4.206.398,43	

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PROVISÃO)							TOTAL PREVISTO	
							AC	AA	PC					PAGAM. ATÉ 1-OUT-2018	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUINTE					OUTROS
																TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2020	2021	2022			
A TRANSPORTAR ...													450.717,65	79.935,78	2.453.990,00	2.450.990,00		1.211.695,00	7.560,00	2.500,00		4.206.399,43		
3.4.2.	0103/020217	04	2019	4	VIMARR - NÚCLEO DE VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DE PRODUTOS LOCAIS	EMPREITADA	15.0	85.0	DADS	2019/01/02	2019/12/31	0			500,00									
3.4.2.	0103/07010413	04	2019	4											500,00									
3.4.2.	0103/070107	04	2019	4											500,00									
3.4.2.	0103/070108	04	2019	4											500,00									
3.4.2.	0103/070113	04	2019	4											500,00									
3.4.2.	0103/070115	04	2019	4											500,00									
3.4.2.	0104/07010301	05	2019	5										416.500,00	416.500,00								416.500,00	
3.5.		12	2015	12	OUTRAS FUNÇÕES ECONÔMICAS	EMPREITADA		100.0	DEJA	2015/01/01	2021/12/31	1		36.195,00	36.195,00		2.829.244,00	2.829.244,00		5.694.683,00				
3.5.				APROVEITAMENTO	36.195,00										2.829.244,00	2.829.244,00		5.694.683,00						
				HIDROAGRIOLA DE TEMLOBOS (AMPLIAÇÃO) - REGADIO DO MONTE RASO																				
3.5.	0104/070108	12	2015	12										100,00										
3.5.	0104/07030313	12	2015	12										36.095,00										
4.				OUTRAS FUNÇÕES	5.922,18									47.650,00	47.650,00		53.572,18							
4.3.				DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	5.922,18									47.650,00	47.650,00		53.572,18							
4.3.		01	2017	8	REABILITAÇÃO ENERGÉTICA EM EDIFÍCIOS MUNICIPAIS-AUDITORIA, DIAGNÓSTICOS E IMPLEMENTAÇÃO	OUTRA	85.0		2017/01/02	2019/12/31			3.200,00							3.200,00				
4.3.	0104/07010301	01	2017	8	RECONSTRUÇÃO E ALTERAÇÃO DE PATRIMÔNIO EDIFICADO	ADM. DIR.		DEJA	2017/01/02	2019/12/31				3.100,00										
4.3.	0104/070115	01	2017	8										100,00										
4.3.		01	2017	26									5.922,18	44.450,00								50.372,18		
4.3.	0104/07010203	01	2017	26										4.450,00										
4.3.	0104/07010305	01	2017	26										40.000,00										
TOTAL GERAL ...													456.639,83	79.935,78	2.954.335,00	2.954.335,00		4.040.939,00	2.836.804,00	2.500,00		10.371.153,61		

Fases de Execução

- 0 - NÃO INICIADA
- 1 - COM PROJETO TÉCNICO
- 2 - ADJUDICADA
- 3 - EXECUÇÃO ATÉ 50%
- 4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
- 5 - DESPESA CONTÍNUA
- 9 - CONCLUÍDA
- P -

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____

ENTIDADE	PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2019
Município de Aramar		

PÁGINA : 1

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO(NÚMERO DO PROJ. AÇÃO)		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)								TOTAL PREVISTO
						AC	BA	FC						ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)				ANOS SEGUINTE				
										INICIO	FIM	EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2018	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2020	2021	2022	OUTROS	
2.				FUNÇÕES SOCIAIS											445.800,00	445.800,00		244.750,00	442.800,00	191.000,00		1.324.350,00
2.1.				EDUCAÇÃO											299.800,00	299.800,00		173.000,00	291.000,00	116.000,00		879.800,00
2.1.1.				ENSINO NÃO SUPERIOR											299.800,00	299.800,00		173.000,00	291.000,00	116.000,00		879.800,00
2.1.1.1.		01	2019	1	GESTÃO PRÉ-ESCOLAR	OUTRA			DADS	2019/01/02	2021/12/31				86.140,00			86.000,00	87.000,00			259.140,00
2.1.1.1.	0103/010107	01	2019	1												8.840,00						
2.1.1.1.	0103/02010202	01	2019	1												37.000,00						
2.1.1.1.	0103/02010299	01	2019	1												1.000,00						
2.1.1.1.	0103/020105	01	2019	1												20.500,00						
2.1.1.1.	0103/020108	01	2019	1												200,00						
2.1.1.1.	0103/020112	01	2019	1												6.000,00						
2.1.1.1.	0103/020120	01	2019	1												1.500,00						
2.1.1.1.	0103/020203	01	2019	1												6.500,00						
2.1.1.1.	0103/020212	01	2019	1												4.600,00						
2.1.1.1.		01	2019	2	GESTÃO DO 1.º CICLO ENSINO BÁSICO	OUTRA			DADS	2019/01/02	2021/12/31				92.660,00			87.000,00	88.000,00			267.660,00
2.1.1.1.	0102/020203	01	2019	2												4.000,00						
2.1.1.1.	0102/020212	01	2019	2												4.600,00						
2.1.1.1.	0103/010107	01	2019	2												13.260,00						
2.1.1.1.	0103/02010202	01	2019	2												21.100,00						
2.1.1.1.	0103/02010299	01	2019	2												2.000,00						
2.1.1.1.	0103/020105	01	2019	2												37.000,00						
2.1.1.1.	0103/020108	01	2019	2												100,00						
2.1.1.1.	0103/020112	01	2019	2												5.500,00						
2.1.1.1.	0103/020120	01	2019	2												500,00						
2.1.1.1.	0103/020212	01	2019	2												4.600,00						
2.1.1.1.		01	2019	3	GESTÃO DO ENSINO 2.º E 3.º CICLOS E SECUNDÁRIO	OUTRA			DADS	2019/01/02	2021/10/11				121.000,00				116.000,00	116.000,00		353.000,00
2.1.1.1.	0103/020120	01	2019	3												5.000,00						
2.1.1.1.	0103/020210	01	2019	3												115.000,00						
2.1.1.1.	0103/020225	01	2019	3												1.000,00						
2.3.				SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAIS											3.400,00	3.400,00		1.750,00	1.800,00			6.950,00
2.3.2.				AÇÃO SOCIAL											3.400,00	3.400,00		1.750,00	1.800,00			6.950,00
2.3.2.		01	2019	6	ATIVIDADES OU EVENTOS PROMOVIDOS PELA COMISSÃO PROTEÇÃO CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO (CPCJ)	OUTRA	100.0		DADS	2019/01/02	2021/12/31				1.700,00			1.750,00	1.800,00			5.250,00
2.3.2.	0103/020108	01	2019	6												500,00						
2.3.2.	0103/020115	01	2019	6												100,00						
2.3.2.	0103/020121	01	2019	6												200,00						
2.3.2.	0103/020212	01	2019	6												100,00						
2.3.2.	0103/020225	01	2019	6												800,00						
2.3.2.		03	2019	7	GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL					2019/01/02	2019/12/31				1.700,00							1.700,00
2.3.2.	0103/020108	03	2019	7												500,00						
2.3.2.	0103/020209	03	2019	7												600,00						
2.3.2.	0103/020213	03	2019	7												600,00						
2.5.				SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS											142.600,00	142.600,00		70.000,00	150.000,00	75.000,00		437.600,00
2.5.1.				CULTURA											142.600,00	142.600,00		70.000,00	150.000,00	75.000,00		437.600,00
2.5.1.		01	2019	4	FESTA EM HONRA DE S.JOÃO	OUTRA	100.0		EXE	2019/01/02	2021/12/31				65.600,00			70.000,00	75.000,00			210.600,00
2.5.1.	0102/020121	01	2019	4												600,00						
2.5.1.	0102/020225	01	2019	4												55.000,00						
2.5.1.	0102/040701	01	2019	4												10.000,00						
2.5.1.		02	2019	5	FEIRA DA VAÇA	OUTRA	100.0		EXE	2019/01/02	2021/12/31				77.000,00				75.000,00	75.000,00		227.000,00
A TRANSPORTAR ...															445.800,00	368.800,00		244.750,00	442.800,00	191.000,00		1.324.350,00

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO				FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)								TOTAL PREVISTO	
							AC	AA	FC							ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)				ANOS SEGUINTE					
																INÍCIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2018	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2020		2021
A TRANSPORTAR ...																445.800,00	368.800,00		244.750,00	442.800,00	191.000,00		1.324.350,00		
2.5.1.	0102/020121	02	2019	5	FUNÇÕES ECONÔMICAS AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA												4.000,00								
2.5.1.	0102/020217	02	2019	5														3.000,00							
2.5.1.	0102/020225	02	2019	5														70.000,00							
3.																		13.900,00	13.900,00	14.000,00	14.000,00		41.900,00		
3.1.																		13.900,00	13.900,00	14.000,00	14.000,00		41.900,00		
3.1.																		13.900,00					41.900,00		
3.1.	0104/020101	01	2019	8				100.0		DOTA	2019/01/02	2021/12/31								14.000,00	14.000,00				
3.1.	0104/020102	01	2019	8														7.500,00							
3.1.	0104/02010202	01	2019	8														1.500,00							
3.1.	0104/02011603	01	2019	8														1.600,00							
3.1.	0104/020121	01	2019	8	OUTRAS FUNÇÕES TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES												500,00								
3.1.	0104/020212	01	2019	8														400,00							
3.1.	0104/020217	01	2019	8														400,00							
3.1.	0104/020225	01	2019	8														2.000,00							
4.																		120.550,00	120.550,00	550,00	550,00		121.650,00		
4.2.																		120.550,00	120.550,00	550,00	550,00		121.650,00		
4.2.	0104/08050102	02	2019	11			OUTRA	100.0		DADOS	2018/01/02		5				120.000,00	120.000,00					120.000,00		
4.2.	0103/080306	01	2019	9			OUTRA	100.0			2019/01/02	2021/12/31					550,00	550,00	550,00	550,00			1.650,00		
TOTAL GERAL																580.250,00	580.250,00		259.300,00	457.350,00	191.000,00		1.487.900,00		

FASES DE EXECUÇÃO

- 0 - NÃO INICIADA
- 1 - COM PROJETO TÉCNICO
- 2 - ADJUDICADA
- 3 - EXECUÇÃO ATÉ 50%
- 4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
- 5 - DESPESA CONTÍNUA
- 9 - CONCLUÍDA
- P -

Em ____ de _____ de ____

Em ____ de _____ de ____

CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAMAR

MAPA DE ENCARGOS ANUAIS A SATIZFAZER COM A LIQUIDAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS								ANO FINANCEIRO DE 2019		(Em Euros)	(Em Euros)	
Data	Finalidades (objetivo/Programa)	Entidade Credora	Capital	Taxa de Juro		Prazo de Amortização	Anos Decorridos	Anos que faltam	Encargos do Ano		Capital Dívida Início	Capital Dívida Fim
				Inicial	Atual*				Amortização	Juros		
16.07.01	Prejuizos causados pelos temporais - L/C intempéries D.L.38/C-2001 de 8 de Fevereiro (Bonificado) - 9015/00222/0391	Caixa Geral Depósitos	399 038,32	2,400%	0,0905%	20	16	4	25 103,96	62,56	75 380,12	50 276,16
16.07.01	Idem (Não Bonificado) 9015/00222/1191	Caixa Geral Depósitos	199 519,16	4,810%	0,179%	20	16	4	13 322,04	48,96	34 415,49	21 093,45
03.06.04	Urbanização áreas de Lazer Queimada, Queimadela, Travanca, Variante Sta. Barbara Armamar; Construção da Zona Industrial; Requalificação Urbana Zona Histórica de Armamar; Projecto e construção Piscina Coberta - 9140/01318/9191	Caixa Geral Depósitos	470 000,00	2,823%	0,354%	20	13	7	36 206,28	645,67	202 151,38	165 945,10
14.10.05	Construção da Zona Industrial de Armamar; Aquisição de terrenos em diversas freguesias; Arruamentos, infraestruturas eléctricas, calcetamento nas diversas freguesias do concelho; Caminho Municipal E.M. 544-I-Beneficiação do Troço Tões-Armamar e caminho municipal E. M. 544-I-Beneficiação do Troço queimadela/queimada/Tões e E.M. 545-Beneficiação do Troço Padrão/S. Romão - 9015004571891	Caixa Geral Depósitos	500 000,00	2,485%	0,000%	20	12	8	34 801,56	0,00	237 810,27	203 008,71
30.07.08	Const. Adutora de Abastecimento de água da Zona Sul e Poente do Concelho de Armamar e Construção de ETAR's compactas - 9015005986791	Caixa Geral Depósitos	150 000,00	4,225%	0,000%	25	10,5	14,5	7 261,96	0,00	97 431,39	90 169,43
01/10/09	Centro Escolar de Armamar	Caixa Agrícola	195 000,00	2,336%	0,980%	20	9	11	11 248,88	1 236,52	131 064,76	119 815,88
22/06/2012	Reestruturação financeira de empréstimos (0108/001457/491 e 9015/00284/1491) - 9015/007504/891	Caixa Geral Depósitos	4 131 977,03	2,560%	0,875%	10	5,5	4,5	448 150,92	11 428,11	1 493 836,72	1 045 685,80
16/11/12	Programa de Apoio à Economia Local - Programa II	Estado Português	987 993,72	2,600%	2,450%	14	5	9	71 355,10	13 728,77	570 840,83	499 485,73
20/12/13	Requalificação e valorização da EN 222, no troço DOC - Quinta da Reduída	Caixa Agrícola	363 000,00	5,340%	2,981%	10	4	6	41 124,92	5 954,59	218 438,37	177 313,45
06/06/18	Diversas obras - BPI CS-003403154830013	BPI	352 535,20	1,100%	1,100%	10	0,5	9,5	35 253,48	3 506,26	334 908,06	299 654,58
	TOTAL.....		7 749 063,43						723 829,10	36 611,44	3 396 277,39	2 672 448,29

*A taxa de juro atual corresponde à taxa efetiva mencionada nos planos financeiros das instituições bancárias.